

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 100ª Reunião de Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Comissões

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

5 – PRONUNCIAMENTOS

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/10/2019

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 1.260/2019; Requerimentos nºs 3.366, 3.433 a 3.464, 3.466 a 3.520, 3.522 a 3.570, 3.583 a 3.603 e 3.625/2019; Requerimento Ordinário nº 692/2019 – Proposições Não Recebidas: Requerimentos nºs 3.465 e 3.571/2019 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Educação e de Transporte e do deputado Dalmo Ribeiro Silva – Oradores Inscritos: Discursos da deputada Leninha e dos deputados Virgílio Guimarães, Sargento Rodrigues, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire e Bruno Engler – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimento Ordinário nº 692/2019; deferimento – Votação de Requerimentos: Requerimento nº 41/2019; aprovação – Requerimento nº 663/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 851/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimentos nºs 865, 1.099, 1.601, 1.938, 2.276 e 2.860/2019; aprovação – Questões de Ordem – Requerimento do deputado André Quintão; deferimento; discurso do deputado André Quintão – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Inácio Franco – João Leite – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília

Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h5min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Fernando Pacheco, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Doutor Jean Freire, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Antônio Sérgio Tonet, procurador-geral de justiça, encaminhando, na condição de coordenador do Grupo de Trabalho da Barragem de Brumadinho desta Casa, cópia dos termos de ajustamento de conduta celebrados e as recomendações expedidas pelo Ministério Público do Estado relativos ao desastre de Brumadinho. (– Ao Grupo de Trabalho da Barragem de Brumadinho.)

Da Sra. Elizabeth Carneiro, chefe de Assessoria Parlamentar do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, prestando informações relativas ao Requerimento nº 690/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 4.277/2019, da deputada Marília Campos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 339/2019, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Marcelo Landi Matte, secretário de Estado de Cultura e Turismo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 252/2019, da deputada Ione Pinheiro. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Marcelo Landi Matte, secretário de Estado de Cultura e Turismo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 450/2019, da Comissão de Cultura. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.260/2019

Declara de utilidade pública o Instituto Mineiro de Formação Profissional, com sede no Município de Cambuí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Mineiro de Formação Profissional, com sede no Município de Cambuí.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de outubro de 2019.

Deputado Ulysses Gomes, Líder da Minoria (PT).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

– Os Requerimentos nºs 3.366, 3.433 a 3.464, 3.466 a 3.520, 3.522 a 3.570, 3.583 a 3.603 e 3.625/2019 e o Requerimento Ordinário nº 692/2019 foram publicados na edição anterior.

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO

Nº 3.465/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para a inclusão, entre os indicadores de criminalidade violenta no Estado, dos feminicídios tentados e consumados.

– A presidência, nos termos do inciso IV do art. 173, c/c o inciso I do art. 284, do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO

Nº 3.571/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que as respostas aos documentos oficiais emitidos por deputados e deputadas desta Casa sejam elaboradas e assinadas pelos titulares das secretarias e órgãos, e não por chefes de gabinete ou seus assessores.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Educação e de Transporte e do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Oradores Inscritos

– A deputada Leninha e os deputados Virgílio Guimarães, Sargento Rodrigues, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire e Bruno Engler proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

– A Comunicação da Presidência, informando ao Plenário sobre os requerimentos aprovados nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, foi publicada na edição anterior.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Educação – aprovação, na 26ª Reunião Ordinária, em 30/10/2019, do Projeto de Lei nº 1.008/2019, do governador do Estado, com a Emenda nº 1; e

de Transporte – aprovação, na 12ª Reunião Extraordinária, em 30/10/2019, dos Requerimentos nºs 3.187/2019, do deputado Elismar Prado, 3.199/2019, do deputado Coronel Henrique, 3.202/2019, do deputado Mauro Tramonte, e 3.521/2019, do deputado João Vítor Xavier (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– O despacho do Requerimento Ordinário nº 692/2019 foi publicado na edição anterior.

Votação de Requerimentos

O presidente – Requerimento nº 41/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as condições de operação e segurança das barragens de rejeitos operadas pela empresa Itaminas Comércio e Minérios S.A. no Município de Sarzedo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 663/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o montante repassado para o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – no ano de 2019, referente às receitas próprias a que o instituto faz jus de 1º de janeiro a 10 de abril. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 663/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 851/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura pedido de informações sobre a execução dos contratos dos projetos aprovados na seleção do Fundo Estadual de Cultura – Edital 2017, a saber: dos projetos aprovados e dos projetos que se encontram pendentes de reembolso, ressaltando-se, respectivamente, a quantidade de projetos que já receberam e a de projetos que não receberam, e, em ambos os casos, os nomes dos projetos e dos proponentes; e, ainda, sobre a previsão dos pagamentos e os critérios de desembolso. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 851/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 865/2019, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pedido de informações sobre o processo de instalação do parque fabril da M. Dias Branco no Município de Juiz de Fora, especificamente a respeito do cumprimento do protocolo de intenções firmado entre o Estado e a empresa no ano de 2014, bem como se a empresa mantém o planejamento de construir a unidade industrial em Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.099/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de informações sobre a forma como Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas – CRDD – é classificado nos registros do Detran. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.601/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o valor atualizado da dívida do Estado com o Hospital Regional do Sul de Minas e a previsão de repasses para o aludido hospital, que demitiu vários funcionários devido à dívida com a instituição. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.938/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – pedido de informações consubstanciadas em relatório em que conste o quantitativo de estações de tratamento de água e de estações de tratamento de esgoto previstas para serem construídas no âmbito de seu planejamento estratégico, indicando o prazo de conclusão de cada uma dessas unidades. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 2.276/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o cumprimento do Termo de Compromisso nº 885034/2018, celebrado com a Escola Estadual Professora Maria Eduarda Versiane Maia, localizada no Município São João da Ponte, que tem por finalidade a realização de obras de reforma e ampliação nessa unidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 2.860/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o plano de recuperação fiscal apresentado pelo Estado ao Ministério da Fazenda, consubstanciadas no cronograma de apresentação de leis, metas, objetivos, resultados e medidas que serão adotadas, conforme a previsão do art. 4º da Lei Complementar nº 159, de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares nº 101, de 4/5/2000, e nº 156, de 28/12/2016. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Questões de Ordem

O deputado João Vítor Xavier – Presidente, primeiramente, queria agradecer à equipe desta Casa na pessoa da Luíza Homen, que é a nossa diretora de Plenário, à equipe da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, ao deputado Léo Portela, presidente dessa comissão, pela agilidade e pela presteza com que todos nos atendem nas necessidades. Apresentei um requerimento ontem, neste Plenário, e, em 24 horas, contando com muito boa vontade, com muito apoio da equipe técnica da Casa, tivemos a possibilidade de aprová-lo e de executar a ação que gostaríamos nesta Casa. Aproveito também este tempo, Sr. Presidente,

para falar sobre um assunto que muito me preocupa. A cada chuva em Belo Horizonte vivemos um caos. Ontem foi mais uma noite de caos na cidade de Belo Horizonte. O belo-horizontino não tem tranquilidade para sair de casa, para ir ao trabalho, para ir à escola buscar o filho, porque nós temos pelo menos quatro pontos críticos em Belo Horizonte: Avenida Vilarinho, Avenida Cristiano Machado, Avenida Bernardo Vasconcelos e temos também um dos pontos mais críticos, que é a Avenida Tereza Cristina. Nesses quatro pontos, presidente, choveu. Nós já sabemos que as pessoas vão passar aperto ou vão perder o seu patrimônio ou os comerciantes vão perder tudo que têm no seu comércio ou chegaremos a casos mais graves, como tivemos há um ano na região de Venda Nova, quando mãe e filha morreram abraçadas com um terço na mão. E quando isso acontecer não adianta o prefeito de Belo Horizonte ir para lá, bater no peito e falar: “A culpa é do prefeito, a cidade tem dinheiro”. E um ano depois, presidente, a realidade é absolutamente a mesma, absolutamente a mesma. Bravata, gritaria, soco na mesa e discurso populista não resolvem o problema de Belo Horizonte. O que o belo-horizontino quer é planejamento, é trabalho eficiente, é competência para a execução das questões. Lembro-me, presidente, do meu primeiro dia de mandato como vereador de Belo Horizonte, 1º/1/2009. Tivemos uma chuva, como essa de ontem, em Belo Horizonte, na noite do reveillon, do dia 31 para o dia 1º, quando toda a região próxima à Toca da Raposa 1, no Santa Terezinha, foi alagada. Pois bem, naquele dia, lá estava com o pé no barro, ao lado do então prefeito Marcio Lacerda, que tomava posse naquele dia. E ali foi feita a promessa de que seria resolvido o problema naquela região. Foi feita a obra, foram investidos R\$40.000.000,00, e a região não sofre mais como já sofreu no passado. Saímos dali, presidente, fomos para o Barreiro, para outra região que sofria igualmente com problemas de enchentes. Foram feitas as obras necessárias também, e a questão foi resolvida. Por que não é feito esse tipo de intervenção onde precisa e por que tanta demora para fazer isso? Não adianta falar: “Olha, mas agora estamos apresentando um projeto”. Esse governo já está aí há três anos. Projetos já vinham sendo feitos pela Sudecap no governo anterior. Basta lembrar que a direção dessa área de obra de Belo Horizonte não mudou de um governo para o outro. Então, não adianta a Prefeitura de Belo Horizonte culpar o governo anterior, porque o secretário de Obras do governo anterior é o mesmo que cuida da pasta agora. Quem tocava a Sudecap no governo anterior é a mesma pessoa que toca a Sudecap agora. É a mesma gestão. Não adianta querer transferir para o passado a responsabilidade quando se optou por manter a mesma direção. São três anos de governo, e nós continuamos sofrendo com os mesmos problemas: Tereza Cristina, Avenida Cristiano Machado, Avenida Vilarinho e Bernardo Vasconcelos. Ninguém tem mais tranquilidade para passar por essas regiões. E não é soco na mesa, não é grito, não é entrevista populista, não é isso que vai resolver. A cidade de Belo Horizonte precisa de organização, de diálogo, de planejamento, de parceria para resolver os seus problemas, porque, no grito, já vimos que não resolve. Há três anos, na campanha, o discurso era: “Vamos fazer a cidade funcionar”. E eu pergunto: a cidade está funcionando? É uma cidade onde a gente não tem tranquilidade de andar pelas ruas na primeira chuva que cai. Tivemos ontem a primeira grande chuva da temporada em Belo Horizonte e não temos tranquilidade para sair à rua. O comerciante não aguenta mais ter prejuízo, o morador desses bairros não aguenta mais ter intranquilidade, o pai não sabe como o filho vai chegar. Ontem nós tivemos uma van presa, ilhada por causa da chuva. Belo Horizonte não merece passar por isso, com o belo-horizontino pagando uma tarifa altíssima, elevadíssima de IPTU – já encerro, presidente – e com a prefeitura e com os cofres abarrotados de dinheiro. O que falta é competência para executar o que a cidade precisa.

O deputado André Quintão – Presidente, foram levantados aqui dois assuntos que merecem reflexão com mais profundidade. Prioritariamente, eu queria tratar da tramitação de projetos do Executivo nesta etapa final de ano, aqui, na Casa. No Colégio de Líderes, isso foi discutido com o presidente, com todos os líderes da base, da oposição, também com os próprios representantes do governo; reconheceu-se que o governo encaminhou algumas propostas na linha de recuperação fiscal no mês de outubro. Então, em que pese essa discussão ocorrer desde janeiro, os projetos chegaram no mês de outubro, tramitando junto com o orçamento, PMDI, Plano Plurianual de Ação Governamental, fundo de segurança – que nós já votamos –, fundo do trabalho e prorrogação da alíquota adicional que sustenta o Fundo de Erradicação da Miséria, além de projetos de deputados e deputadas. É bom esclarecer isso, senão a Assembleia dá um tiro no seu próprio pé. Às vezes, a pessoa que não está bem informada acha que, desde janeiro, a Assembleia está discutindo projetos de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal ou coisa do gênero. Então, só para repor,

não há nenhuma obstrução, o projeto nem chegou aqui, no Plenário. Não há projeto. O projeto do governo que chegou ao Plenário nós votamos em 1º e 2º turnos – foi o fundo de segurança. O fundo do trabalho já saiu da Comissão do Trabalho. Inclusive eu, como líder da oposição, era o relator. Quanto ao Fundo da Erradicação da Miséria, nós estamos aguardando uma reunião a ser agendada pelo líder do bloco, deputado Gustavo Valadares, com o secretário de Planejamento para que possamos chegar a um acordo sobre a utilização do recurso, porque hoje 90% dos R\$650.000.000,00 do Fundo de Erradicação da Miséria são utilizados para pagamento de pessoal da Emater, pagamento de pessoal da Sedese e transporte escolar. Então não há nenhuma obstrução também a esse projeto. Quanto ao projeto de antecipação de recebíveis, a posição dos líderes e dos deputados já está clara. Há uma boa vontade da Assembleia em aprová-lo, discutindo, aperfeiçoando e se aprofundando nas dúvidas geradas pelo Tribunal de Contas do Estado, que o próprio governo tem respondido. Cabe, acredito eu, ao Tribunal de Contas do Estado publicizar esses esclarecimentos para dar uma segurança maior à votação. Nós sabemos que o prazo de antecipação até 2032 pode ser um prazo longo e compromete outros governos. É possível discutir antecipação num prazo que não prejudique o objetivo principal da antecipação, que é o pagamento do 13º salário? É possível, na lei, sabendo que aquilo que extrapola o ano do governo atual tem que ir para um fundo de regime previdenciário? Mas esse dinheiro vai para o fundo previdenciário, e aquilo que o governo colocaria do Tesouro será utilizado para o pagamento do 13º salário. Podemos, com inteligência, não chamando o governo anterior de bandido, chamando o outro disso, daquilo... Este debate, aqui, neste momento, nos divide, até porque são críticas injustas, mas se a gente for fazer o debate do retrovisor, a gente não aponta alternativas para o presente e para o futuro. Nós também temos que tomar o cuidado dessa antecipação não antecipar tanta receita que o custeio Codemge-Codemig de R\$200.000.000,00 por ano fique comprometido para os próximos governos. Então, é perfeitamente possível, no prazo regimental, fazermos esse debate e votarmos aqui os projetos que são convergentes. Há convergência de parte da Assembleia com relação ao Fundo de Erradicação da Miséria, de antecipação de recebíveis. A autorização para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal foi um gesto político do governo para aliviar a espada da liminar do ministro Fux. O governo sabe que não se faz discussão de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal com tantas condicionantes complexas em apenas um mês, assim como a privatização da Codemig, tanto é que o governo publicamente está priorizando a antecipação de recebíveis. Eu acho que não dá agora para fazer jogo para a plateia. Todo mundo aqui quer ajudar o Estado, todo mundo aqui quer ajudar todas as categorias, todo mundo aqui quer auxiliar dentro das suas convicções. Então eu acho que a gente tem que baixar um pouco a bola. O palanque já acabou, a eleição já acabou, e essa disputa ideológica em determinadas matérias aqui não ajuda. O outro assunto de que eu vou tratar amanhã, Sr. Presidente, é com respeito à necessária apuração imediata do crime de Marielle e Anderson. Esse é um assunto mais complexo, mas eu gostaria de aprofundar, porque isso é exigência da democracia brasileira. Muito obrigado.

O deputado Coronel Sandro – Obrigado, Sr. Presidente. Já pegando a sequência da fala do deputado que me antecedeu... Tomar medida nesta Casa para pagar salário e pagar 13º salário? Esta Casa não tem que baixar a bola, não. Eu vou dar é uma bicuda na bola para cima. Não existe isso aqui, não. Ouvindo as explicações do deputado, num tecnicismo, que temos que avaliar... Está enrolando, deputado! Ninguém vai enrolar servidor público aqui, não! Principalmente nós, da segurança pública. Então esta Casa tem que tomar uma medida, sim. Coloquem o projeto para tramitar e para ser votado. Essa conversinha fiada de que o projeto tal está bom e tem consenso, de que o outro projeto está bom e tem consenso é conversa para boi dormir. Os servidores estão recebendo salário parcelado. O governo encaminhou o projeto para antecipar os recebíveis, e nós temos que votá-lo. E olhem, não estou vaticinando nem profetizando. Essas galerias serão insuficientes para conter o nosso pessoal se eles entenderem que esta Casa está enrolando para votar o Projeto nº 1.205. Então fica aqui um apelo ao presidente e um apelo aos presidentes das comissões por onde esse projeto vai tramitar: coloquem-no em votação rapidamente. É um apelo, porque isso não se admite. O segundo ponto eu só queria registrar, porque não posso passar sem mencioná-lo. A mídia brasileira realmente é de dar nojo em qualquer um. Ontem o que a Rede Globo de Televisão fez não com a pessoa de Jair Bolsonaro, mas com a Presidência da República, a título, a pretexto de fazer jornalismo, é de envergonhar qualquer brasileiro. Essa Rede Globo é canalha, canalha e canalha, porque uma matéria poderia ser feita, mas que a

fizessem pelo menos bem-feita. Mas nem isso! Nem se deram ao trabalho de fazer uma matéria bem-feita. E eu estou querendo aprender com o presidente como se faz para estar em dois lugares ao mesmo tempo, porque ele tem muitas qualidades, mas a onipresença ele não tem, e era fácil verificar isso. Então fica aqui o meu repúdio a essa canalhice da Globo dos Marinho, que não merece o respeito do povo brasileiro. Aliás, já não merece há muito tempo. Ontem foi a gota d'água. Então canalhas e canalhas, a pessoa jurídica e a pessoa física. Infelizmente é assim que a gente tem que tratar, porque, para mim, é bandidagem o que essa Rede Globo fez e faz com os outros aí, mas ontem passou dos limites. Obrigado, presidente.

O deputado Mauro Tramonte – Sr. Presidente, deputado que ora comanda a nossa sessão, eu só queria aqui rapidamente deixar a minha solidariedade aos afetados por essas chuvas que caíram aqui, na região metropolitana, ontem à tarde e à noite. Eu estou aqui fazendo o nosso programa na televisão há 12 anos e há 12 anos eu escuto que alguma coisa será feita. Comerciantes perdendo tudo o que têm, moradores perdendo tudo o que têm. Porque eu acho que não basta somente fechar as vias para que veículos não passem; nós temos é que fazer obras, não só em Belo Horizonte, mas também na região metropolitana, para que essas enchentes não afetem mais da maneira como estão afetando comerciantes e moradores, sempre nos mesmos locais. Queria deixar então a solidariedade a esses comerciantes, a esses moradores que, entra ano, sai ano, são prejudicados da mesma maneira. Nós temos é que fazer obras, e obras que vão impedir, ou amenizar – porque acho que não vão conseguir impedir tudo, 100%, mas, pelo menos, amenizar – o sofrimento daqueles que estão sempre sendo prejudicados nesse sentido. É só isso. Obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, diante do quadro que se avizinha, diante do cancelamento da reunião, hoje, da Comissão de Administração Pública, para votar o PL nº 1.205/2019, que trata da antecipação dos recebíveis da Codemig para pagar o 13º salário, em parcela única, dos servidores em dezembro e colocar o pagamento dos servidores públicos no quinto dia útil, eu quero aqui já direcionar uma fala a todos os servidores públicos civis e militares do Estado de Minas Gerais, para, dia 5 de novembro, terça-feira próxima, a partir das 14 horas, começarem a lotar as galerias deste Plenário para pressionar, pressionar a tramitação do PL nº 1.205/2019, para aprovação. Esse projeto precisa tramitar em caráter de urgência, e a gente percebe que há, nos bastidores, uma intenção de protelar a sua tramitação. A gente percebe que há algo obscuro segurando esse projeto. Então você, que é servidor público civil ou militar, comece a esquentar as turbinas e a comparecer, a partir do dia 5 de novembro, terça-feira próxima, às 14 horas, nas galerias do Plenário, pedindo a aprovação do PL nº 1.205/2019, para que o governo tenha condições de fazer o pagamento do 13º salário em dia, em parcela única e colocar o pagamento no quinto dia útil. E, de forma muito especial, meus companheiros e companheiras da segurança pública, este deputado está fazendo um chamamento, uma convocação. E não é só minha; essa convocação é minha, do deputado Coronel Sandro, do deputado Bruno Engler, da deputada Delegada Sheila e do deputado Delegado Heli Grilo. Vocês são servidores da segurança pública, têm um compromisso com a mobilização a partir do dia 5 de novembro, às 14 horas, aqui, nas galerias do Plenário da Assembleia, para pressionar a Assembleia a votar o PL nº 1.205/2019, para colocar em dia o pagamento no quinto dia útil e também o pagamento da parcela única do 13º salário, em dezembro de 2019. Essa é uma convocação que estamos fazendo. Vamos todos à luta, porque sem luta não há conquista.

O deputado Bruno Engler – Obrigado, Sr. Presidente. Foi dito aqui, por um deputado que me antecedeu, que amanhã nós vamos falar sobre o assassinato de Marielle e Anderson, que é necessário discutir isso pelo bem da democracia. E eu concordo, eu acho importantíssimo descobrir quem mandou matar Marielle, até porque, com a conclusão dessa investigação, espero que parem de fazer um uso irresponsável – e aqui não me refiro obviamente ao deputado, mas, sim, à imprensa – desse assassinato para saírem fazendo acusações levianas. Da mesma maneira que é importante descobrir quem mandou matar Marielle, é importante deixar claro quem mandou matar Celso Daniel, quem mandou matar Toninho do PT, quem foi o mandante da tentativa de assassinato do presidente Jair Bolsonaro – o advogado já disse que há mandante e que interessa a quem o paga manter esse mandante em segredo. São assuntos que a mídia ignora completamente, como se não existissem. O que não pode é a maior e mais nojenta emissora deste país, a Rede Globo, da família Marinho, em seu horário nobre, no Jornal Nacional, fazer uma matéria ridícula induzindo o telespectador a crer que existe algum envolvimento do presidente da República no assassinato dessa vereadora, uma pessoa que era

completamente desconhecida do Brasil até o momento do seu assassinato. Ele, supostamente, teria atendido o interfone no mesmo horário em que estava em Brasília. Isso é comprovado pela sua biometria na Câmara – não dá para emprestar o dedo dele para ninguém – e pelas filmagens da TV Câmara, que mostram que ele estava em Plenário. Uma acusação irresponsável, infundada. Ai dizem: “Não, mas outra pessoa na casa do Bolsonaro atendeu o telefone”. Mentira! Carlos Bolsonaro já mostrou hoje que a ligação feita no horário em que supostamente o porteiro teria ligado para a casa 58 não foi para a casa 58. E não houve nenhuma ligação para a casa de Jair Bolsonaro naquele dia. Só que essa emissora, de maneira irresponsável, que não tem a menor intenção de fazer jornalismo, de falar a verdade, vem com esses ataques covardes e imbecis. Como eu disse na tribuna: tem que ser muito idiota para acreditar que o presidente tem envolvimento nesses fatos. Porque, se a pessoa for pouco idiota, ela não acredita nessa baboseira. Muito obrigado.

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado André Quintão em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 10 minutos. Com a palavra o deputado André Quintão.

– O deputado André Quintão profere discurso, que será publicado em outra edição.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 31, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/10/2019

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Magalhães, Duarte Bechir (substituindo o deputado Delegado Heli Grilo, por indicação da liderança do BLP) e Professor Cleiton (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do BSMG), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Inácio Franco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o Cb. PM Kerley Tadeu da Silva Jerônimo pelos relevantes serviços prestados ao Batalhão de Choque da Polícia Militar de Minas Gerais, onde atua na linha de frente, não obstante ter um dos pés amputados. A seguir, comunica o recebimento de dois ofícios do Sr. Bertone Tristão, presidente do Sindep, encaminhando, respectivamente, o projeto Oficial de Polícia Civil, elaborado pelo Sindpol de Sergipe, a partir da proposta de reestruturação das carreiras da base da Polícia Civil desse ente federado, que contempla a aglutinação dos cargos, e o projeto de modernização da polícia, elaborado pelo Sindep-MG a partir da compilação de informações disponíveis acerca de temática que contempla o aprimoramento das atribuições funcionais, além da proposta de reestrutura das carreiras da base da polícia civil do Estado, solicitando, para ambas as temáticas, disponibilização de agenda por parte da comissão para apresentação dos referidos projetos. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.154 e 3.158 a 3.160/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos à votação e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.752/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP – pedido de providências para que sejam apurados os fatos apontados no relatório final da Comissão Especial da 13ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, que foi instituída para apurar os acontecimentos da Operação

Fênix, deflagrada pelo Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado – Gaeco –, de Uberlândia, órgão do Ministério Público de Minas Gerais;

nº 4.782/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita à 3ª Área Integrada de Segurança Pública – Aisp –, que compreende a 3ª Delegacia de Polícia Civil com a 5ª CIA PM/1 BPM/1 RPM, sediada na Rua Guajajaras, 1.353, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, para conhecer o trabalho realizado pelas forças policiais e verificar *in loco* a infraestrutura e a logística do local, as instalações físicas da unidade, o efetivo, os equipamentos disponíveis e, de modo geral, as condições de trabalho dos policiais civis e militares ali lotados.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte da reunião, que compreende a audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa o Cb. PM Kerley Tadeu da Silva Jerônimo, do Batalhão de Choque da PMMG; o Ten.Cel. PM Juliano José Trant de Miranda, comandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar de Minas Gerais; o Major PM Carlos Felipe Oliveira de Souza, subcomandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar de Minas Gerais; o Sgto. PM Marcelo Gabriel de Moraes, do Batalhão de Choque da Polícia Militar de Minas Gerais; o Cb. PM Ricardo Trant de Miranda, do Batalhão de Choque da Polícia Militar de Minas Gerais; o Cb. PM Flávio Marcílio de Souza Rodrigues, do Batalhão de Choque da Polícia Militar de Minas Gerais; e o Sr. Gladston Jerônimo, pai do homenageado. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, hoje, às 17h6min, para apreciar o Projeto de Lei nº 1.013/2019 no 2º turno e receber, discutir e votar proposições da comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – Marília Campos – Bruno Engler.

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/10/2019

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Leninha, membro da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Marília Campos e o deputado Professor Irineu. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Leninha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação das famílias que moram nas áreas de servidão da Cemig nos Bairros Nova Contagem, Vila Nova Esperança, Vila Feliz e outras localidades do Município de Contagem. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Ana Carolina Gusmão da Costa, integrante da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, representando a secretária; e Lucilene da Silva Henrique, representante dos moradores da área de servidão da Cemig – Bairro Vila Esperança; e os Srs. Paulo Tadeu Ferreira Lott, gerente de Relações Institucionais da Cemig, representando o diretor-presidente; Adielton Galvão de Freitas, gerente de Sustentabilidade da Cemig; Leonardo Barreto Moreira Alves, promotor da 5ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado, representando a coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário – CaoDH; e Rafael Braga de Moura, subsecretário Municipal de Habitação de Contagem, representando o secretário. A presidência concede a palavra à deputada Marília Campos, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2019.

Leninha, presidente – Beatriz Cerqueira – Betão.

**ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/10/2019**

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire, André Quintão e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.749/2019, do deputado Doutor Jean Freire e das deputadas Ana Paula Siqueira e Laura Serrano, em que requerem sejam encaminhadas a todas as assembleias legislativas estaduais e à Câmara Legislativa do Distrito Federal as notas taquigráficas da 18ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater os rumos da aprendizagem profissional de adolescentes e jovens, com vistas a estimular o debate sobre a temática nessas instituições;

nº 4.750/2019, do deputado Doutor Jean Freire e das deputadas Ana Paula Siqueira e Laura Serrano, em que requerem sejam encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho, à Secretaria de Políticas Públicas para o Emprego do Ministério da Economia, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal as notas taquigráficas da 18ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater os rumos da aprendizagem profissional de adolescentes e jovens;

nº 4.751/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia pedido de informações sobre a existência de eventuais estudos relacionados a possíveis alterações da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO – e, em caso positivo, quais pontos serão modificados;

nº 4.761/2019, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado ao deputado federal Marcos Bertaiolli pedido de providências para que, com relação à aprendizagem profissional, seja mantido o percentual de aprendizagem nas empresas, como determinado pela Lei Federal nº 10.097, de 2000; sejam mantidas as entidades não governamentais como instituições qualificadoras dos aprendizes; sejam mantidos os processos de avaliação das entidades e dos cursos de aprendizagem profissional como determina a legislação vigente; seja mantida a faixa etária do adolescente e do jovem como determinada pela Lei Federal nº 10.097, de 2000; seja mantido o art. 52 do Decreto Federal nº 9.579, de 2018; e seja encaminhado ao referido deputado as notas taquigráficas da 18ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater os rumos da aprendizagem profissional de adolescentes e jovens;

nº 4.774/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Belo Horizonte para debater a necessidade de criação de políticas públicas de valorização e desenvolvimento do setor artesanal e realizar na ocasião o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Artesanato Mineiro;

nº 4.781/2019, do deputado Doutor Jean Freire e das deputadas Ana Paula Siqueira e Laura Serrano, em que requerem seja encaminhado ao secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia pedido de providências para que a secretaria que ele preside se pronuncie sobre a existência de eventuais estudos relacionados a possíveis alterações da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO – e, em caso positivo, quais pontos serão modificados;

nº 4.788/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a escassez hídrica na Bacia Hidrográfica do Rio Fanado e a efetivação das ações objeto das emendas em prol do rio apresentadas ao PPAG 2016-2019;

nº 4.791/2019, dos deputados Professor Cleiton e Doutor Jean Freire, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pela parceria com a Fundação Hemominas que tem por objetivo o cadastro de doadores de medula óssea nas comarcas do Estado e pela adesão à Política Estadual do Voluntariado Transformador;

nº 4.807/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a nova modelagem institucional dos Comitês de Bacia Hidrográfica no Estado;

nº 4.811/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre o desenho e os procedimentos previstos pela metodologia de avaliação de governança dos conselhos, que se pretende implantar para o aprimoramento dessas instituições participativas, conforme o informado no Relatório Gerencial – Análise do 2º quadrimestre de 2019 –, encaminhado pela Secretaria de Estado de Governo à ALMG;

nº 4.813/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para realizar o monitoramento mensal da execução das emendas ao PPAG 2020-2023 e às suas revisões anuais, apresentadas pela comissão, como resultado do processo de discussão participativa do PPAG, promovido pela ALMG, em parceria com o Poder Executivo, com o envio sistemático de relatório mensal com os dados de monitoramento, conforme disposto a seguir: proposta de ação legislativa – PLE; área temática; tema discutido; programa (código e nome); ação (código e nome); unidade orçamentária; emenda: número e especificação; impacto orçamentário; execução financeira (IPU 4); cota orçamentária aprovada (IPU 4); empenho (IPU 4); liquidação (IPU 4); pagamento (IPU 4); justificativa do estágio da despesa; breve descrição das atividades realizadas para a execução da emenda; e observações relativas à previsão de execução;

nº 4.830/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a execução das emendas ao PPAG 2016-2019, revisão para o exercício de 2019, apresentadas pela comissão em decorrência do processo de discussão participativa do PPAG, promovido pela ALMG, em parceria com o Poder Executivo, em relatório com a especificação dos dados que se seguem: Proposta de Ação legislativa – PLE; Área Temática; Tema discutido; Programa (código e nome); Ação (código e nome); Unidade Orçamentária; Emenda: número e especificação; impacto orçamentário; execução financeira (IPU 4); cota orçamentária aprovada (IPU 4); empenho (IPU 4); liquidação (IPU 4); pagamento (IPU 4); justificativa do estágio da despesa; breve descrição das atividades realizadas para a execução da emenda; e observações relativas à previsão de execução.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente – Andréia de Jesus – Professor Irineu.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/10/2019

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Thiago Cota e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Braulio Braz. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião

se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondências (4) do Sr. Bilac Pinto, secretário de Estado de Governo, publicadas no *Diário do Legislativo*, em 10/10/2019. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados, com o voto contrário da deputada Laura Serrano, os Requerimentos n.ºs 3.055, 3.056, 3.060, 3.119, 3.120, 3.133 e 3.134/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

n.º 4.837/2019, dos deputados Thiago Cota, Braulio Braz e Glaycon Franco e da deputada Laura Serrano, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que elabore e implemente plano de estímulo à agregação de valor aos produtos da cadeia produtiva de floresta plantada no Jequitinhonha;

n.º 4.840/2019, dos deputados Thiago Cota, Braulio Braz e Glaycon Franco e da deputada Laura Serrano, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o novo modelo de financiamento do projeto Voe Minas;

n.º 4.843/2019, dos deputados Thiago Cota, Braulio Braz e Glaycon Franco e da deputada Laura Serrano, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o processo de seleção da empresa que operará o projeto Voe Minas;

n.º 4.844/2019, dos deputados Thiago Cota, Braulio Braz e Glaycon Franco e da deputada Laura Serrano, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o planejamento para modernização do aeroporto de Ipatinga e sobre possível parceria público-privada – PPP – para a exploração desse terminal;

n.º 4.846/2019, dos deputados Thiago Cota, Braulio Braz e Glaycon Franco e da deputada Laura Serrano, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o projeto Aerotrópole, sua concepção e os resultados dele esperados;

n.º 4.849/2019, dos deputados Thiago Cota, Braulio Braz e Glaycon Franco e da deputada Laura Serrano, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o planejamento para o desenvolvimento do aeroporto regional da Zona da Mata, em Goianá, e a atração de unidades produtivas para seu entorno;

n.º 4.851/2019, dos deputados Thiago Cota, Braulio Braz e Glaycon Franco e da deputada Laura Serrano, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre as estratégias para manutenção, em Minas Gerais, de *startups* fundadas no Estado;

n.º 4.852/2019, dos deputados Thiago Cota, Braulio Braz e Glaycon Franco e da deputada Laura Serrano, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o processo de reformulação das Uaitecs, as dificuldades encontradas e as potencialidades identificadas para essas estruturas;

n.º 4.854/2019, dos deputados Thiago Cota, Braulio Braz e Glaycon Franco e da deputada Laura Serrano, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre eventuais medidas que estejam sendo adotadas pelo Estado para que as riquezas geradas na região do Vale do Jequitinhonha, provenientes, por exemplo, da cultura do eucalipto e da exploração do lítio e de rochas ornamentais, permaneçam na região;

n.º 4.857/2019, dos deputados Thiago Cota, Braulio Braz e Glaycon Franco e da deputada Laura Serrano, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre eventuais medidas que estejam sendo adotadas pelo Estado para que as riquezas geradas na região do Vale do Jequitinhonha, provenientes, por exemplo, da cultura do eucalipto e da exploração do lítio e de rochas ornamentais, permaneçam na região.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2019.

Glaycon Franco, presidente – Laura Serrano – Virgílio Guimarães – Fábio Avelar Oliveira.

**ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/10/2019**

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Guilherme, Elismar Prado, Fábio Avelar de Oliveira e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.066/2019 (relator: deputado Elismar Prado) e 1.079/2019 (relator: deputado Mário Henrique Caixa), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.986, 3.032 e 3.126/2019. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 5.134/2018 e 838/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.656/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Uberlândia para debater Lei de Incentivo ao Esporte e demais políticas públicas para a promoção da cidadania e redução dos riscos sociais, por meio de práticas e ações esportivas e atividades socialmente inclusivas;

nº 4.850/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Federação Mineira de Motociclismo pela realização da Copa Estreante de Enduro de Regularidade;

nº 4.853/2019, dos deputados Zé Guilherme, Elismar Prado, Mauro Tramonte e Fábio Avelar de Oliveira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para a conclusão dos estudos que deverão orientar a elaboração do edital para compra de material esportivo para distribuição aos municípios, conforme anunciado pela referida secretária, e para que, oportunamente, seja dada ciência à comissão dos resultados obtidos;

nº 4.856/2019, dos deputados Zé Guilherme, Elismar Prado, Mauro Tramonte e Fábio Avelar de Oliveira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para seja realizada consulta pública para aprimoramento dos mecanismos de captação e prestação de contas no âmbito da Lei de Incentivo ao Esporte, conforme anunciado pela gestora da pasta, e que seja dada ciência dos resultados da consulta à comissão, quando da sua conclusão;

nº 4.858/2019, dos deputados Zé Guilherme, Elismar Prado, Mauro Tramonte e Fábio Avelar de Oliveira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que seja publicado o relatório de análise de execução da Lei de Incentivo ao Esporte, anunciado pela gestora da pasta, e que seja dada ciência à comissão, quando de sua conclusão;

nº 4.859/2019, dos deputados Zé Guilherme, Elismar Prado, Mauro Tramonte e Fábio Avelar de Oliveira, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a viabilidade de atendimento da solicitação de patrocínio da edição 2019 dos Jogos do Interior de Minas Gerais;

nº 4.861/2019, dos deputados Zé Guilherme, Elismar Prado, Mauro Tramonte e Fábio Avelar de Oliveira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que seja publicada a relação dos municípios e dos respectivos projetos que serão executados em 2020 no âmbito do programa Geração Esporte e para que seja dada ciência dessa publicação, oportunamente, à comissão.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2019.

Zé Guilherme, presidente – Coronel Henrique.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/10/2019

Às 16h9min, comparece na Sala das Comissões o deputado Léo Portela, membro da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Laura Serrano e os deputados Antonio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Braulio Braz, Professor Cleiton e Doutor Paulo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Léo Portela, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações à EPTV – Emissoras Pioneiras de Televisão, pelos 40 anos de sua fundação, comemorados em outubro de 2019. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Jacqueline Corrêa Lustosa, gerente corporativa de Programas Sociais do Sesc; e os Srs. Kiko Ferreira, presidente da Rede Minas, representando o secretário de Estado de Cultura e Turismo; Paulo de Tarso Almeida Paiva, economista, ex-ministro do Trabalho e professor da Fundação Dom Cabral; André Coutinho Nogueira, diretor do Grupo EPTV – Emissoras Pioneiras de Televisão; Rafael de Oliveira Gomes, gerente regional da EPTV – Sul de Minas; Paulo Augusto Alves Brasileiro, diretor de Relações Institucionais do Grupo EPTV; Carlos Honório, secretário municipal de Governo de Varginha, representando o prefeito municipal; Lucas Garcia Rabello, vice-presidente do Cidadania de Belo Horizonte; e Alexandre Magno de Moura, conselheiro do Sesc Nacional. A presidência concede a palavra ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais e entrega do diploma. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2019.

Léo Portela, presidente – Professor Irineu – Cleitinho Azevedo.

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/10/2019

Às 17h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Marília Campos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.013/2019, no 2º turno, do qual designou como relator o deputado Bruno Engler. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 2º turno, o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.013/2019 na forma do vencido no

1º turno com a Ementa nº 1. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – Bruno Engler – Cleitinho Azevedo.

**ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/10/2019**

Às 18h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater o índice de atropelamento de animais em rodovias que cortam o Estado e as medidas emergenciais que poderiam ser adotadas para sua prevenção. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Samylla Mol, advogada em Direito Animal; Luisa de Oliveira Lisboa, investigadora da Polícia Civil de Minas Gerais; e Aline Cardoso Arantes, assessora jurídica da Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda; e os Srs. Rodrigo Figueiredo de Oliveira, representando o superintendente da 4ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – 4ªSRPRF-MG; Flavio Tulio de Matos Cerqueira Gomes, analista ambiental e chefe da Divisão Técnica da Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama – em Minas Gerais, representando o superintendente do Ibama em Minas Gerais; Ten.-Cel. Gibran Condé Guedes, chefe do Estado Maior do Comando de Policiamento Rodoviário – Polícia Militar de Minas Gerais, representando o Cel. PM Valmir José Fagundes, comandante do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária – Comando de Policiamento Especializado – PMMG – BPMRV-CPE; Anderson Tavares Abras, diretor de fiscalização do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG, representando o diretor-geral; Antônio Augusto Melo Malard, diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF; Ricardo Luiz Medeiros Meirelles, chefe do Serviço de Desapropriação, Reassentamento e Meio Ambiente da Superintendência Regional do Dnit no Estado; Alex Bager, professor e coordenador do Centro Brasileiro de Estudos de Ecologia de Estradas da Universidade Federal de Lavras – CBEE-UFA; Lélcio Costa e Silva, médico veterinário; Sérgio Fassheber, gerente-geral da Usipa; e Francisco Mourão Vasconcelos, biólogo e conselheiro consultivo da Amda. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2019.

Noraldino Júnior, presidente – Raul Belém – Gustavo Santana.

**ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/10/2019**

Às 14h13min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Rosângela Reis e Marília Campos (substituindo o deputado Marquinho Lemos, por indicação da liderança do Bloco Democracia e Luta) e o deputado Professor Irineu (substituindo a deputada Ione Pinheiro, por indicação da liderança do Bloco Liberdade e Progresso), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Repórter Rafael Martins. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria

constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação do camelódromo de Contagem. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.006/2019, do deputado Professor Irineu e das deputadas Marília Campos e Rosângela Reis, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Contagem pedido de providências para que, no projeto de mobilidade urbana e revitalização urbanística previsto para a região do camelódromo do Eldorado, popularmente conhecido como Feirinha do Paraguai, seja incluída e seja garantida a permanência ininterrupta dos comerciantes e trabalhadores que atuam no local desde 1990; e sejam encaminhadas ao referido órgão as notas taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a situação do Camelódromo de Contagem;

nº 5.010/2019, das deputadas Marília Campos e Rosângela Reis e dos deputados Professor Irineu e Repórter Rafael Martins, em que requerem seja encaminhado à Defensoria Pública do Estado pedido de providências para que esse órgão implemente uma estrutura mais ampla e especializada no Município de Contagem, de forma a atender da melhor forma possível as pessoas mais necessitadas;

nº 5.013/2019, das deputadas Marília Campos e Rosângela Reis e dos deputados Professor Irineu e Repórter Rafael Martins, em que requerem sejam encaminhadas ao Ministério Público do Estado, à Defensoria Pública do Estado, à Associação dos Barraqueiros do Camelódromo de Contagem, à Prefeitura Municipal de Contagem, à Câmara Municipal de Contagem e ao Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF –, em Brasília, as notas taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a situação do camelódromo de Contagem;

nº 5.017/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Contagem pedido de providências para que o setor responsável por fiscalizações urbanas evite gerar conflitos desnecessários e inquietantes com as famílias que atuam desde 1990 no camelódromo de Contagem;

nº 5.019/2019, das deputadas Rosângela Reis e Marília Campos e dos deputados Professor Irineu e Repórter Rafael Martins, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Contagem pedido de informações consubstanciadas em cópia da escritura que comprova que a região onde atualmente funciona o camelódromo do Bairro Eldorado é de propriedade do Município de Contagem;

nº 5.020/2019, das deputadas Rosângela Reis e Marília Campos e dos deputados Professor Irineu e Repórter Rafael Martins, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Contagem pedido de providências para que seja enviada cópia do projeto executivo das intervenções urbanísticas na região do camelódromo do Bairro Eldorado.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Jefferson Pereira dos Reis, representante da Associação dos Barraqueiros do Camelódromo de Contagem; Paulo César Funghi Alberto, secretário municipal de Governo de Contagem; Daniel Pereira Fonseca Silva, vereador da Câmara Municipal de Contagem; Vladimir de Souza Rodrigues, defensor público; Leonardo Barreto Moreira Alves, promotor de justiça da 5ª Promotoria de Justiça; Carlos Eduardo Araújo de Carvalho, procurador do Município de Contagem; e Adriano José de Oliveira, advogado da Associação do Camelódromo de Contagem. A presidência concede a palavra aos deputados Marília Campos e Professor Irineu, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2019.

Rosângela Reis, presidente.

**ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/10/2019**

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho Sintrocel, André Quintão e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social (10/10/2019), e dos Srs. Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda (4/10/2019), Bilac Pinto, secretário de Estado de Governo (10/10/2019), Samir Carvalho Moysés, subsecretário de articulação institucional da Secretaria de Estado de Governo (11/10/2019), Sergio Gusmão Suchodolski, presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (4/10/2019), e Vinícius Jardim dos Santos, técnico administrativo da Procuradoria Regional do Trabalho em Minas Gerais – 3ª Região (10/10/2019). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.513/2017, no 1º turno, 1.101, em turno único, e 1.155/2019, em turno único (deputado André Quintão); Projeto de Lei nº 1.072/2019, em turno único (deputado Gustavo Valadares); Projeto de Lei nº 1.094/2019, em turno único (deputada Marília Campos); e Projetos de Lei nºs 932, em turno único, e 1.133/2019, em turno único (deputado Mário Henrique Caixa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.002/2015 com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Celinho Sintrocel); pela aprovação, no 1º Turno, dos Projetos de Lei nº 4.880/2017, com as Emendas nºs 1 a 3 da Comissão de Constituição e Justiça (relator Celinho Sintrocel), e nº 1.009/2019, na forma do Substitutivo nº 1 (relator André Quintão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, por unanimidade, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.173 e 2.031/2015, 4.598/2017, e 464, 676, 922, 932, 1.045, 1.072 e 1.101/2019, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.998, 2.999, 3.000, 3.002, 3.042 e 3.156/2019. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 5.313/2018 e 603, 688 e 767/2019. Registra-se a presença do deputado Betão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.651/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a universalização da energia elétrica rural no Estado, o art. 27, inciso II, “h”, da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica, e a atual interpretação dada a essas normas pela Cemig;

nº 4.876/2019, dos deputados Celinho Sintrocel, Dalmo Ribeiro Silva e André Quintão, em que requerem seja realizada visita ao presidente da Câmara dos Deputados e aos senadores da bancada mineira em Brasília com a finalidade de avaliar a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional Federal nº 108/2019, para a qual sejam convidados representantes dos conselhos profissionais de Minas Gerais;

nº 4.881/2019, dos deputados Celinho Sintrocel, Dalmo Ribeiro Silva e André Quintão, em que requerem seja encaminhado ao deputado federal Edio Lopes, relator da Proposta de Emenda Constitucional Federal nº 108/2019, cópia do manifesto em defesa dos conselhos profissionais aprovado na 21ª Reunião Extraordinária, em 21/10/2019, ocasião em que foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa dos Conselhos Profissionais;

nº 5.023/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.009/2019, que dispõe sobre o funcionamento do Sistema Nacional de Emprego – Sine – no Estado e institui o Fundo Estadual do Trabalho de Minas Gerais – Fet-MG;

nº 5.024/2019, dos deputados Celinho Sintrocel, André Quintão, Roberto Andrade e Betão, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações consubstanciadas em relatório das ações desenvolvidas pela secretaria para fomentar a geração de emprego e renda em Minas Gerais;

nº 5.026/2019, dos deputados Celinho Sintrocel, André Quintão, Betão e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações consubstanciadas no estudo de planejamento para a oferta de educação profissional em 2020, compreendendo dados sobre a distribuição das vagas em cada região do Estado, os cursos ofertados e o número de alunos atendidos;

nº 5.027/2019, dos deputados Celinho Sintrocel, André Quintão, Betão e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.312/2017, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens, para dar celeridade à tramitação da matéria nesta Casa;

nº 5.029/2019, dos deputados Celinho Sintrocel, André Quintão, Betão e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que seja discutida com o governo do Estado a destinação dos recursos do Fundo de Erradicação da Miséria para o financiamento das ações da pasta;

nº 5.030/2019, dos deputados Celinho Sintrocel, André Quintão, Betão e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações consubstanciadas em dados sobre as ações de qualificação profissional programadas com a repactuação do saldo dos recursos do Pronatec;

nº 5.031/2019, dos deputados Celinho Sintrocel, André Quintão, Betão e Roberto Andrade, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o trabalho precário no Estado e a necessidade de implementação de políticas públicas para enfrentamento desse problema;

nº 5.032/2019, dos deputados Celinho Sintrocel, André Quintão, Betão e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações consubstanciadas em dados sobre a previsão de pagamento da complementação do Piso Mineiro de Assistência Social relativo ao ano de 2019, considerando-se que o Estado tem efetuado o pagamento do valor correspondente a 44,46% de cada parcela devida aos municípios;

nº 5.033/2019, dos deputados Celinho Sintrocel, André Quintão, Betão e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações consubstanciadas no montante de recursos captados pelo Fundo Estadual do Idoso e nas ações específicas às quais se destinam;

nº 5.034/2019, dos deputados Celinho Sintrocel, André Quintão, Betão e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações consubstanciadas em relatório sobre o montante de recursos captados pelo Fundo da Infância e Adolescência e as ações específicas às quais se destinam, explicitando-se o valor destinado às ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado em 2019;

nº 5.035/2019, dos deputados Celinho Sintrocel, André Quintão, Betão e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas a assegurar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – condições administrativas e financeiras para executar as importantes políticas públicas que estão sob sua gestão;

nº 5.037/2019, dos deputados Celinho Sintrocel, André Quintão, Betão e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações consubstanciadas nos dados resultantes do mapeamento da estrutura das suas superintendências regionais e nas propostas para a sua reestruturação;

nº 5.038/2019, dos deputados Celinho Sintrocel, André Quintão, Betão e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para complementação dos recursos do Piso Mineiro de Assistência Social relativos aos meses de 2019, de modo a possibilitar a transferência do valor integral devido aos municípios, bem como para realização do repasse financeiro necessário à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, para que se efetue o pagamento das parcelas em atraso anteriores a janeiro de 2019.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2019.

André Quintão, presidente – Betão – Marquinho Lemos.

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/10/2019

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e o deputado Betão, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado André Quintão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Leninha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes das atividades minerárias no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, situado na Zona da Mata mineira, e as reiteradas violações de direitos humanos dos atingidos pela mineração nos municípios da região. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Claudiane Maria de Jesus Oliveira, moradora de Belisário; Gilsilene Maria Mendes, coordenadora estadual da Comissão Pastoral da Terra; Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro, conselheira da Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária; Isaias Clóvis de Freitas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro; e os Srs. Claudiomir José Martins Vieira, prefeito municipal de São Sebastião da Vargem Alegre; Leonardo Pereira Rezende, advogado e membro do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens – Nacab; Jean Carlos Martins Silva, integrante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM; Frei Gilberto Teixeira, pároco da Paróquia Santo Antônio em Belisário; Lucas Magno, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Câmpus Muriaé – IF Sudeste MG; Marcos Antônio, vereador da Câmara Municipal de São Geraldo; Jair Sanches Abreu, vereador da Câmara Municipal de Muriaé; Padre João Batista, da Diocese de Caratinga. A presidência concede a palavra a deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2019.

Andréia de Jesus, presidente – Betão – Coronel Sandro.

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/10/2019

Às 9h38min, comparece na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a metodologia e os critérios que serão adotados pela

Secretaria de Educação para o processo de designação de 2020. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Hellen Soares Lima, assessora da Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Educação – SEE –, representando a secretária; e Denise de Paula Romano, coordenadora geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG; e os Srs. Fabiano Batista de Freitas, professor licenciado em Artes e mestrando em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais; e Juvenal Lima Gomes, membro do Fórum Estadual Permanente de Educação. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/10/2019

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite e Gustavo Mitre, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Ulysses Gomes. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a extensão da ferrovia conhecida como “Trem das Águas” ao Município de Itanhandu. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Vânia Silveira de Pádua Cardoso, superintendente de Transporte Ferroviários do Estado de Minas Gerais, representando o secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Cristina Costa Figueiredo Motta, gestora da Associação Terras Altas da Mantiqueira, Ana Carolina Oliveira Senna Jeronymo, chefe da Unidade Ferroviária de Belo Horizonte, representando o diretor-geral da Coordenação-Geral de Patrimônio Ferroviário, Rosângela de Mendonça Guimarães, chefe de gabinete do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, representando a superintendente desse instituto em Minas Gerais, e Joana Maria Teixeira Coelho Moreira, secretária municipal de Turismo de São Lourenço; e os Srs. Luiz Claudio Barros Magalhaes, Jeferson Rubens da Costa, Paulo Henrique Pinto Monteiro e José Aldair Marinho, vereadores da Câmara Municipal de Itanhandu, Renato de Souza Costa, diretor de Fomento à Mineração, Energia e Infraestrutura da Codemig, representando o diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Frank Alves Nunes, superintendente do Patrimônio da União em Minas Gerais, Sandro Lisboa Martins, prefeito municipal de São Sebastião do Rio Verde, Natanael Paulino de Oliveira e Helson Jesus Salgado, vereadores da Câmara Municipal de São Lourenço, Eriênio Jaderson de Souza, superintendente de Transporte Intermunicipal e Metropolitano, Bruno Crivelari Sanches, diretor-presidente da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, Érik Bruno Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Pouso Alto, Ricardo Augusto Pinto Costa, engenheiro da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Rio Verde, Evaldo Ribeiro de Barros, prefeito municipal de Itanhandu, Juliano Cláudio da Silva, prefeito municipal de Pouso Alto, Cleber José Guimarães Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Itanhandu, Alexandre Carnevalli Motta, procurador jurídico da Prefeitura de São Sebastião do Rio Verde, Luís Otavio Pereira Lopes, consultor de projetos da Prefeitura de São Sebastião do Rio Verde, Newton José de Carvalho, secretário de governo da Prefeitura de Jacutinga, e Ignácio Loyola Chaves Horta e Clóvis Eduardo Santos Castro, membros da equipe técnica do Dnit. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se

ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2019.

João Leite, presidente – Cleitinho Azevedo – Professor Irineu.

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/10/2019

Às 15 horas, comparece na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os problemas do quadro de pessoal da Escola Estadual São Tarcísio, localizada em Governador Valadares. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Alba Valéria Guedes Toledo, representante da Escola Estadual São Tarcísio; Terezinha Sabino de Souza, representante da Comunidade do Assentamento Oziel Alves Pereira; Cláudia Maria de Souza Amorim Braga, superintendente regional de Ensino de Governador Valadares; Ana Paula Salomão, diretora educacional da Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares; e Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG; e os Srs. Rafael Júnior Toledo de Lima, diretor Estadual do Sind-UTE-MG de Governador Valadares; e Rafael Mendes Fernandes, assessor de Relações Públicas da Secretaria de Estado de Educação – SEE. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Betão – Professor Cleiton.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 4/11/2019, às 11 horas, no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, com a finalidade de debater o descumprimento pelo Estado da obrigatoriedade de aplicar o limite mínimo constitucional de 25% do orçamento em educação.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2019

Nos termos regimentais, convoco os deputados Marquinho Lemos, Gustavo Mitre, Neilando Pimenta e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/11/2019, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de

discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2019, do deputado Raul Belém e outros, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2019.

Professor Irineu, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.173/2018

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Cássio Soares, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Caminho Certo, com sede no Município de Cássia.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública o Instituto Caminho Certo, com sede no Município de Cássia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prática e a difusão do esporte.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, atuar na promoção do esporte, garantindo o acesso a praticas esportivas e culturais como o futsal e karatê para todas as faixas etárias. Além disso, por ser uma entidade beneficente e filantrópica, o instituto busca inserção social de seus alunos na comunidade.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Instituto Caminho Certo para a democratização da prática esportiva no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.173/2018, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2019.

Coronel Henrique, relator.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 30/10/2019, a seguinte comunicação:

Do deputado Dalmo Ribeiro Silva em que notifica o falecimento de Paulo César Guimarães, ocorrido em 28/10/2019, em Itajubá. (– Ciente. Oficie-se.)



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/10/2019

O deputado Fernando Pacheco* – Boa tarde, presidente deputado Antonio Carlos Arantes; boa tarde a todos os deputados e deputadas presentes; boa tarde também a todos aqueles que estão nos assistindo pela TV Assembleia. Vou ser rápido. Faço uso da palavra para convidar todos os deputados, todas as deputadas e também todos que estão nos assistindo, para uma reunião especial que irá acontecer nesta Casa hoje, às 20 horas, com pedido de minha autoria. Eu desejo fazer uma homenagem aos 90 anos do Movimento Modernista Verde de Cataguases, que encerra um ciclo de 90 anos agora. Foi um evento, um movimento literário que começou em 1927 e terminou em 1929. Essa reunião será para fazer todas as reverências, todas as considerações e todas as justas homenagens a esse grande marco de vanguarda e pioneirismo literário do interior. Na capital já haviam se espalhado os ideais modernistas literários, como *A Revista*, aqui em Belo Horizonte, em 1925.

Mas, no interior, foi a primeira cidade a entrar no movimento de forma ativa, com repercussão em todas as capitais do Estado e até no exterior, a ponto de Carlos Drummond, Pedro Nava, Mário e Oswald de Andrade tecerem comentários e elogios e até fazerem poemas e considerações pelo feito de 9 jovens, entre 17 e 28 anos, que promoveram, numa cidade de interior de 16 mil habitantes, um movimento literário que ficou marcado na cultura do País.

Então hoje, às 20 horas, faremos uma homenagem, de forma institucional, pela Assembleia, a todos os ilustres líderes que fizeram esse movimento. Depois desse movimento, Cataguases se redescobriu para a cultura e, logo em seguida, implantou o modernismo urbano, com o tombamento pelo Iphan de uma poligonal, obras de artes e filmes nacionais.

Hoje, Cataguases é considerada a cidade do interior mais importante dentro do modernismo. Então, venho aqui aproveitar o espaço da TV Assembleia para convidar todos que estão nos acompanhando agora para essa reunião de hoje, às 20 horas, nesta Casa. A partir das 19 horas, receberemos as pessoas no Salão Nobre e, em seguida, homenagearemos as famílias desses nove grandes poetas, escritores que souberam fazer um movimento literário de grandeza e de reconhecimento nacional e internacional numa cidade de interior de aproximadamente 16 mil habitantes àquela época.

Então, presidente, agradeço a oportunidade. Fica o convite a todos os deputados, a todas as deputadas, aos funcionários e a todos que estão nos acompanhando agora para hoje estarem aqui conosco, a partir das 20 horas, para reverenciarmos o Movimento Literário Modernista Verde de Cataguases. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os deputados e deputadas. Boa tarde aos servidores desta Casa. Boa tarde a minha amiga especial de Divinópolis, minha amiga Íris, que está aqui. Alencar, se você estiver por aqui, a Íris está querendo conversar com você. Venha aqui. Você é o presidente do PDT, e a Íris está querendo pegar o PDT em Divinópolis. No ano que vem haverá candidatura para a prefeitura lá, e a gente vai trabalhar juntos para fazer o melhor para Divinópolis. Então apareça aqui, Alencar, porque estou precisando apresentar a Íris para você. O Alencar é o meu pai aqui, por isso a gente precisa pedir bênção para ele, Íris. Então, daqui a pouco, ele chegará aqui.

O assunto que eu quero falar aqui, hoje, é que eu queria muito que a população brasileira compartilhasse um vídeo que vou colocar na rede social. O que me chamou a atenção agora, no Senado, após ter passado a reforma da Previdência, é que ouço algumas pessoas falando que isso é uma conquista, que isso é uma vitória. Espere aí: conquista? Tirar direito do povo é conquista, é vitória?

Espere aí: por mais que concorde que a reforma da Previdência pode ser necessária, falar que isso é uma vitória, uma conquista, é covardia com o povo, porque está tirando direito do povo. Como é que isso pode ser uma conquista, uma vitória? Não é?

Outra questão que eu queria falar é porque ficam falando que o País está quebrado, o Estado está quebrado. O País está quebrado? O Estado está quebrado? Sinceramente, no dia em que eu vir um salário de um prefeito, de um vereador, de um deputado, de um presidente atrasado, aí eu vou entender que o País está quebrado. Mas eu fico vendo licitação para comprar carro luxuoso no Congresso, como o presidente da Câmara está fazendo. Como é que este país está quebrado, gente? Parem de fazer terrorismo, parem de fazer covardia com o povo brasileiro! Não há nada quebrado, não. No dia em que eu vir um salário de político atrasado, aí vou entender que este país está quebrado, mas até então isso é palhaçada, é covardia.

Falando sobre isso, eu queria que as pessoas que são contra a reforma da Previdência e aquelas mesmas pessoas que são a favor da reforma da Previdência agora se unissem para a gente propor a reforma política. Eu vou falar aqui uns dados. Eu quero que vocês repassem esse vídeo para o Brasil inteiro, principalmente para os eleitores, para verem que a conta... Olhem como é a matemática. Por que a gente precisa fazer uma reforma política urgentemente? Não fez a reforma da Previdência? Quer dizer, o povo não está pagando a conta? Que dia esta Casa vai pagar a conta? Tem que ser agora. Então temos que levantar essa bandeira aqui da reforma política, para nós, políticos, pagarmos a conta. Mas vamos lá. (- Lê:) “Matematicamente insustentável: 1 presidente da República, 1 vice-presidente da República, 1 presidente da Câmara Federal, 1 presidente do Senado Federal, 81 senadores, 513 deputados federais, 27 governadores, 27 vice-governadores, 27 Câmaras de Deputados Estaduais, 1.049 deputados estaduais, 5.568 prefeitos, 5.568 vice-prefeitos, 5.568 câmaras municipais e 57.931 vereadores. Total: 70.794 políticos...” - não estamos falando de nenhum partido de forma específica, não é? -, “...12.825 assessores parlamentares na Câmara Federal sem concurso, 4.455 assessores parlamentares no Senado sem concurso, 27 mil assessores parlamentares nas câmaras estaduais sem concurso, estimado por falta de transparência; 600 mil assessores parlamentares nas câmaras municipais sem concurso, estimado por falta de transparência. Total geral: 715.074 funcionários não são concursados”.

Agora para vocês verem os gastos. “Gastos: R\$248.000,00 por minuto, quase R\$15.000.000,00 por hora, R\$357.000.000,00 por dia e quase R\$11.000.000.000,00 por mês. Gasto total: acima de R\$128.000.000.000,00 por ano”. Vou repetir. “Gasto total: acima de R\$128.000.000.000,00 por ano; mais de R\$6.000.000,00 de fundo partidário, que podem vir aí. Além disso, deve-se computar o rombo da Previdência Social com as suas aposentadorias” - de outro planeta -, “37 partidos registrados no TSE, mais de 73 partidos em formação”. E o pior, mas muito pior: governança zero, que é a verdade. E a produtividade? Nenhuma. Pelo contrário, só sabem roubar, não é? Temos que tocar na ferida.

As perguntas cabíveis diante dessa situação são as seguintes: será que a reforma da Previdência é a única prioridade nacional? Como nós vamos deixar chegar nesse ponto, gente? É o povo brasileiro que paga o meu salário. Eu sou empregado de vocês. Quem dita as ordens são vocês. Vocês são os patrões. Eu sou empregado. O político é empregado de vocês. Quem dita são vocês. Então, vá para a rua agora - para quem defendeu a reforma da Previdência -, vá para a rua, para rede social, para o Facebook, para o WhatApps defender a reforma política. Eu estou aqui sendo o primeiro a dar bom exemplo. Eu quero a reforma política. Eu quero menos deputados, menos vereadores, menos prefeitos. Tinha que extinguir vice-prefeito. Vice-prefeito não serve para nada. Vice-prefeito é o seguinte: se o prefeito morrer, ele assume; se o prefeito roubar, ele assume. Até então, não serve para nada. Perguntem aí na sua cidade o que um vice-prefeito fez. Vamos acabar com isso, gente. Vamos diminuir. Depende do povo brasileiro.

Então este texto que eu estou passando para vocês aqui é para o eleitor brasileiro, que é o patrão, porque quem está pagando a conta são vocês. Está na hora de vocês tomarem as rédeas e mudarem isso aí. Então compartilhem essa ideia, e vamos agora pedir a reforma política, que é reforma mais importante quem tem que existir neste Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire* – Boa tarde, Sr. Presidente, caros deputados e deputada aqui presente, servidores desta Casa, público que nos acompanha, telespectadores da TV Assembleia.

Eu serei muito rápido. O que venho dizer aqui, primeiro, é sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, que eu, como presidente da Comissão de Participação Popular, e vários outros deputados iniciamos, na segunda-feira, na cidade de Montes Claros.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, agradecer à população do Norte de Minas, que compareceu lá na câmara dos vereadores, na cidade de Montes Claros; agradecer aos servidores desta Casa e aos representantes do governo Executivo que lá estiveram presentes para debater, deputado Cleitinho, três temas: água, agricultura familiar e cultura. Não há impedimento para que as pessoas tragam outros temas para debatermos. Retornamos de lá ontem, estivemos na cidade de Varginha, eu e os deputados Ulysses Gomes e Professor Cleiton.

Quero aqui também agradecer à população de Sul de Minas, que encheu o plenário, lá na universidade, em Varginha, e deu muitas contribuições, ontem, para o PPAG. Hoje, estaremos iniciando o processo, fazendo a abertura do processo, agora na parte da tarde, aqui na Assembleia Legislativa. Eu convido todos os deputados e deputadas a comparecerem, hoje, à audiência de abertura do PPAG, na capital, na região metropolitana.

Ainda temos mais uma viagem para o interior, que é à cidade de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha. Nós estamos discutindo essas temáticas de água, porque estamos sofrendo muito no Norte e no Nordeste de Minas com a questão da água. Água não só no aspecto, que é o principal, de abastecimento, mas água também, Prof. Betão, no aspecto de saneamento básico, no aspecto principal, que é o direito humano, que está sendo negado.

Esta semana, nós tivemos uma audiência pública, aqui nesta Casa, onde rebemos todo o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais, cujo presidente será o companheiro Nilmário Miranda. Eu aproveitei esse momento para fazer uma denúncia, que também fiz durante o processo Assembleia Fiscaliza, da questão do acesso à água, que está sendo negado às pessoas. Eu venho de uma região – e vou repetir sempre isso aqui –, em que ela é muito essencial para todos nós, mas, lá, nós aprendemos a conviver com a falta e desenvolvemos tecnologias importantes: tecnologias sociais, para captar a água da chuva; barraginhas, principalmente na região de Turmalina; e podemos ver a água brotar em alguns locais, mas ainda sentimos e temos muito a falta dela.

O processo do PPAG irá acontecer durante a semana que vem. Nós vamos encerrar o processo no dia 5. Aqui, na capital, várias temáticas estarão sendo discutidas. A temática de segurança pública, a temática de saúde, de educação e também água, energia, todas as temáticas estaremos discutindo na capital. Eu convido, também, os deputados para, sempre que puderem, dar uma passada para participar desses momentos.

Sr. Presidente, ontem, no momento em que eu estava no Sul de Minas, eu ouvi as pessoas questionarem sobre a água. Ouvi as falas de colegas deputados e de pessoas lá presentes. E eles colocam muitas questões importantes, que lá eles não têm essa dificuldade do acesso à água, que lá há água. Lá, é uma caixa d'água. Minas é considerada uma caixa d'água. Ouvi, lá também, que – isso foi colocado pelo Professor Cleiton –, Furnas, na verdade, está vendendo a nossa água para outro estado, para a Hidrovia Tietê-Paraná, ou seja, está vendendo a nossa água para outra região.

Aí, lembrei-me, naquele momento, do Vale do Jequitinhonha. Nós corremos um risco e isso é sério. Isso vem sendo falado, nesta Casa, já foi noticiado por jornais, alguns já começavam a dizer que isso é uma inverdade, que isso não vai acontecer, mas, agora, estamos vendo cada dia mais próxima de nós, deputados, a possibilidade de se tirar a água de uma região que não tem água para transportar minério. Isso é um crime, isso é um crime! Quero aproveitar este Plenário, quero aproveitar esta tribuna para, como deputado do Estado, como deputado da região, mas como filho do Vale para denunciar isso. É um absurdo tirar a água do Nordeste de

Minas Gerais, do Norte de Minas Gerais, onde as pessoas estão, a cada dia, aprendendo a conviver com a seca, aprendendo a lidar com ela; onde, até hoje, mulheres saem com latas d'água na cabeça. Isso a gente vê em nossas estradas, no dia a dia.

É muito interessante, porque, muitas vezes a gente vê mulheres com latas d'água na cabeça, e os homens puxando o animal com latas d'água no animal. Essa relação que a mulher tem com a água também é muito importante. Mas volto a repetir, e vou falar isto quantas vezes for preciso - se for preciso, eu vou subir a cada dia nesta tribuna para dizer. Na nossa região, Prof. Betão, na década de 1970, chegaram por lá prometendo que o desenvolvimento estava chegando com a monocultura do eucalipto. Secaram as nossas nascentes, sumiram as veredas da nossa região, tiraram o povo da chapada, e o povo foi para os grotões. A chapada, que muitos deles e que as comunidades tradicionais têm como um local sagrado. Como um local sagrado onde muitos deles colheriam seus alimentos que seriam produzidos lá, onde muito deles criavam os seus animais, hoje não tem água.

Já existe uma pesquisa feita sobre o quanto a monocultura de eucalipto foi prejudicial ao Vale do Jequitinhonha. Eu disse, há poucos dias, com os secretários, no Assembleia Fiscaliza: nós temos a maior plantação, que alguns chamam de floresta. O povo de lá diz, com grande sabedoria: não existe floresta de um pau só, do mesmo tipo. O povo fala com muita sabedoria. Uma monocultura imensa. Isso não é uma floresta, isso é uma monocultura de eucalipto, destruidora. Mas ela está lá, então ela hoje é uma riqueza, do ponto de vista do valor econômico que tem. Ela está lá, e para onde que ela sai? Para o Espírito Santo, para a Bahia, para gerar empregos lá fora, para gerar impostos lá fora.

Eu não sou daqueles que fala que não temos que usar o lítio. Muitos acham que não deve haver exploração de lítio. Como médico eu sei o valor dele na medicação, na produção de baterias. Se eu falar que não tem que haver lítio, não tenho que usar celular, não tenho que andar de carro. Mas o Vale do Jequitinhonha tem a maior reserva de lítio deste país, 85% a 90% da reserva de lítio deste país. E eu vou falar isso quantas vezes for necessário nesta Casa. Este é o espaço que eu tenho, este é o espaço que o povo de lá tem, na minha voz, para denunciar isso. Então eu vou continuar falando isso. Ainda nós temos mais riquezas. Nós temos a maior represa em alteamento da América Latina, e agora querem fazer outras, que é uma riqueza nossa também. Mas querem fazer outras para transportar minério, o mineroduto. Neste momento é tudo bonito, neste momento eles chegam falando que vai haver água para o povo, que vão fazer barraginhas, que vão fazer tudo isso. E a gente quer oferecer a eles, a essas empresas; convidar os companheiros, deputados e deputadas; convidar o governo do Estado a oferecer para eles.

Por que não um projeto diferente? Nós já tivemos ferrovia, por que não fazer ferrovia para transportar riqueza? A temática falada no momento, no Vale do Jequitinhonha, é a crise hídrica. Mas o povo está cansado de blá-blá-blá, o povo está cansado de reuniões e de reuniões, e de promessas. Eu me lembro que, no início do meu primeiro mandato, nos primeiros dias, foi falado que poderia faltar água em Belo Horizonte. Eu me lembro muito bem disso. Logo todo mundo passou a conhecer o Sistema Paraopeba, que foi feito para abastecer Belo Horizonte. Eu me lembro que, há quatro ou cinco anos atrás, ouvia-se muito falar em Sistema Cantareira. Todo mundo aqui sabe o que é, a maioria dos que estão me escutando, talvez as crianças saibam o que é. As crianças que, há quatro, cinco anos atrás, estavam com seis, sete anos, ouviam falar direto no Sistema Cantareira, porque estava faltando água em São Paulo, para abastecer São Paulo. Ou seja, quando falta água para os ricos, a resolução é rápida, resolvem rápido o problema. Mas nós estamos denunciando há anos. Os rios estão morrendo, os córregos já não existem mais, estão matando todas as nascentes. Eu falei aqui várias vezes e repito: existe um rio muito importante, que é um dos principais afluentes do Rio Araçuaí, que se chama Fanado. Se continuar do jeito como está, vai se chamar Finado. O Rio Araçuaí está morrendo. O governo fez há tempos a Barragem de Setúbal, no Rio Setúbal, que hoje aumenta a turbidez do Rio Araçuaí. Nós vimos, há poucos meses, e denunciei aqui, a Copasa jogando esgoto *in natura* no Rio Araçuaí. Olhem, nós sofremos com a falta de água, e, quando ela vem, leva muitas coisas, infelizmente. Nós, povo do Vale, passamos o ano rezando para que venha chuva. E, quando vem, destrói. Não por culpa dela, mas por culpa de políticas públicas para segurar a água.

Ontem eu estava lá no Sul de Minas e recebi fotos de uma escola que foi completamente danificada na cidade de Itinga pela chuva. Liguei para a secretária de Educação, Júlia, e quero agradecer, porque ela prontamente se colocou à disposição e me respondeu para diminuir a dor daquele povo. Hoje, os professores, alunos, pais, funcionários estavam lá limpando a escola, porque a secretaria quer que retornem logo às aulas. Mas não existem condições para retornar, pelo que vi.

E, para terminar minha fala, eu falei da turbidez da água, fruto de um projeto da Barragem Setúbal. E o povo que ali morava e para quem era importante aquela barragem foi tirado dali e hoje mora nas agrovilas, e não há água para eles. Eles tinham na beira do córrego. E eles tinham na beira do córrego. Então, devido a erros, pelo que me passaram, a turbidez da água está aumentando. E devido a esses erros e ao esgoto, pelo que tenho conversado com biólogos e outras pessoas, que ainda ontem e hoje me enviaram informações, devido a isso tudo, começaram a aparecer plantas aquáticas no Rio Araçuaí. Veio a cheia agora, a chuva, e começaram a aparecer, de repente, plantas aquáticas. E a ciência, pelo que vi de ontem para hoje, vem me mostrando que isso pode ser fruto da poluição. É a natureza, mais uma vez, mostrando o quanto nós temos que tratá-la bem, o quanto nós temos de respeitá-la.

Ainda hoje sairei daqui de carro e irei para Araçuaí, para amanhã discutir a questão hídrica da Bacia do Araçuaí. Não vou me cansar de falar isso aqui, vou continuar falando sempre e sempre, não vou me cansar.

Posso ser repetitivo neste microfone. Vão me ouvir falar muitas vezes, e acho que nunca na história desta Casa a palavra “Jequitinhonha” foi tão falada, mas eu vou falar quantas vezes necessário for, até a gente ver a ação dos homens. Porque costumam dizer por lá, alguns que chegam lá às vezes, só em época de eleição: “Olhe que região linda! Mas que região esquecida por Deus!”. Não. Para terminar a minha fala, aquela região é esquecida pelos homens. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

DISCURSOS PROFERIDOS NA 99ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/10/2019

O deputado Doorgal Andrada* – Boa tarde, Sr. Presidente! Boa tarde a toda a Mesa, a todos os pares que aqui estão, a todos os servidores e a todos que nos assistem pela TV Assembleia!

Sr. Presidente, quero iniciar parabenizando os servidores públicos. Recentemente foi dia do servidor, e ele é fundamental para que o nosso estado e o nosso país caminhem dentro dos conformes. Parabéns principalmente àqueles que dão importância à função social do seu trabalho! Então, parabéns aos funcionários públicos, a todos aqueles que servem o cidadão!

Sr. Presidente, serei muito breve hoje. Venho a este microfone para tratar de um assunto que é a Arsae – Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais. Venho para simplesmente parabenizar hoje aquele que está na sua direção, o Antônio Claret. A Arsae é uma agência reguladora e não é um braço da Copasa. Ela tem uma função muito importante de regular, no sentido de fiscalizar, e de trabalhar para que a Copasa atue dentro dos conformes.

Sr. Presidente, com esse trabalho agora do Antônio Claret nessa agência reguladora, muita coisa tem mudado. Existe agora uma maior transparência nos produtos, nos serviços da agência. Existe uma maior celeridade na resposta às demandas, e ela promove agora uma gestão tarifária muito mais rigorosa e justa.

E eu venho aqui, agora, citar o caso de Itabira. Foi estabelecido um reajuste de 1,5% nas tarifas diante dos 18,5% aplicados em 2018. Então, a Arsae é uma agência reguladora e não um braço da Copasa.

Ouvi aqui, também, recentemente, o deputado Cleitinho, utilizando esta tribuna – e cumprimento-lhe aqui – para parabenizar essa nova gestão. Então, deputado Guilherme da Cunha, leve os meus cumprimentos ao atual governo, no sentido de que essa agência reguladora tem feito seu papel brilhantemente. Tenho acompanhado de perto, e ela não tem sido um mero braço da Copasa. Ela tem exercido seu papel fiscalizador, além dos seus demais papéis. Então fica aí um exemplo do trabalho de Antônio

Claret, e faço questão de citar seu nome porque ele está à frente dessa agência reguladora e é através dele que a Arsae tem exercido esse papel tão importante.

A gente está aqui em um mandato independente, muitas vezes criticando, fiscalizando, e faço questão de fiscalizar muito. Fui vereador em Belo Horizonte, na gestão do Alexandre Kalil, e, agora, fiscalizo o governador Romeu Zema diariamente, mas estou aqui hoje parabenizando o trabalho exercido por essa agência, cuja direção foi escolhida, com certeza, pelo governador, pelos seus secretários.

O deputado Guilherme da Cunha* – Muito obrigado, Doorgal, pelo aparte concedido.

Eu tenho acompanhado também, muito de perto, o trabalho da Arsae, o trabalho do Antônio Claret, e tenho a mesma satisfação que V. Exa. externou agora, da tribuna, de ver o trabalho da agência ser desenvolvido com independência, tendo em vista o bem-estar do cidadão mineiro e o que é a correta regulação. Isso é certamente um avanço expressivo, considerável e muito importante, conquistado neste governo. Foi conquistado muito pela atuação do Antônio Claret à frente dos trabalhos da agência.

Fico muito satisfeito, muito feliz por perceber que esse trabalho tem sido notado por outros colegas, especialmente por um colega que atua de maneira independente e com tanta ênfase na fiscalização das ações do Poder Executivo, como é o seu caso. Certamente, levarei esses cumprimentos ao Dr. Claret. Levarei também a observação ao governador de que esse trabalho tem sido notado e tem sido objeto de elogios.

Reforço aqui que sigamos fiscalizando e acompanhando de perto, sempre, não apenas para apontarmos aquilo que é encontrado de ineficiente, de errado, mas também para que possamos louvar aquilo que dá certo, porque serve de exemplo para outras áreas e para outras atuações do governo.

Obrigado por trazer esse tema à tona, por trazer esse nome à tona, e à percepção de todo o Parlamento. É com ações como essa que entendemos que existe parceria entre o Executivo e o Legislativo em prol do cidadão mineiro.

O deputado Doorgal Andrada* – Parabéns, Guilherme! Tenho acompanhado de perto.

Como tenho dito aqui, não sou de utilizar muito esta tribuna. Se hoje venho realmente utilizá-la, é porque tenho acompanhado e houve, sim, esse avanço aqui também citado por V. Exa., deputado Guilherme da Cunha.

Concedo aparte ao deputado Cleitinho.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Acho que é importante, deputado Doorgal.

Boa tarde a todos! Como o Guilherme está apoiando aqui também... Eu, que já fui vereador, sei o que a Copasa faz nos municípios. E a gente sabe que a Arsae antes era submissa à Copasa. Então, parece que vai passar pela sabatina aqui da Assembleia o cargo do Antônio Claret. Eu que o estou apoiando, o Guilherme, o próprio Doorgal, que está agora aqui também falando da gestão que o Claret vem fazendo, temos de conscientizar os deputados aqui para pedirem que ele fique mesmo. Nunca vi na história... Porque a agência reguladora, a Arsae, tem que fiscalizar, ela fiscaliza também a tarifa. Esses dias para trás, ele conseguiu tirar lá de Iturama... Conseguiu fazer a Copasa devolver dinheiro para a população. Que dia você já viu isso acontecer aqui em Minas Gerais? Nunca! Então, isso mostra que o que a Arsae está fazendo é fiscalizar, que é obrigação dela. É bom lembrar que não temos nem de dar parabéns ao Claret, porque o que ele está fazendo é a obrigação dele. Só que os outros nunca fizeram! Os outros sempre foram submissos.

Então, ele vai passar pela sabatina aqui. Espero que os deputados conheçam o trabalho da Arsae agora, conheça os trabalhos do Antônio Claret. Eu, que agora estou fiscalizando o Estado inteiro... O que a Copasa faz em Minas Gerais, gente, é uma covardia. Agora a Arsae está fazendo o que é o dever dela: fiscalizar. Cabe a nós também fiscalizar a Arsae e apoiar o que é bom. Muito obrigado.

O deputado Doorgal Andrada* – Parabéns, Cleitinho! Parabéns, Guilherme, pela palavra!

Para concluir, fica aqui claro então que mandatos independentes de deputados, de parlamentares que fiscalizam vão sempre aplaudir aqueles que, junto ao governo, também vão fiscalizar com independência, como é o caso da Arsae, agência reguladora. Esse é o meu caso. Mais uma vez, parabéns, Antônio Claret. Parabéns, Arsae. Muito obrigado.

– * Sem revisão do orador.

O deputado Professor Cleiton* – Boa tarde, presidente, deputados, deputadas, todos os que se fazem presentes nas galerias, todos que nos assistem pelos canais de comunicação da Assembleia Legislativa e nossos servidores.

Bom, o que me traz aqui a esta tribuna nesta tarde é exatamente trazer à discussão um dos momentos, creio, que mais importantes dos últimos anos para o Estado de Minas Gerais. Tenho me debruçado, estudado, analisado a proposta que foi enviada a esta Casa pelo governador, que todos conhecem como regime de recuperação fiscal, mas que aparece aqui com o nome de PL nº 12.202/2019.

Mas eu não poderia deixar de fazer um apanhado, um levantamento histórico, até para que façamos uma analogia do momento em que estamos vivendo aqui no Estado de Minas Gerais.

No século XIX, especificamente nos anos de 1820, 1830, até como desdobramento do Movimento Iluminista, da Independência dos Estados Unidos, da Revolução Francesa, tivemos as chamadas revoluções liberais: em 1820, Portugal, Espanha e Grécia. Em 1830, uma onda de revoluções liberais vão varrer a Europa e, até como consequência dessas revoluções liberais, teremos no Brasil um movimento, que é um movimento até elitista, mas que levou à renúncia, à abdicação de D. Pedro.

Na década de 1830, no Período Regencial, dois partidos se formaram: o Partido Progressista e o Partido Regressista e que, conseqüentemente, levaram ao surgimento, respectivamente, do Partido Liberal e do Partido Conservador. Só que o comportamento dos liberais no País é um comportamento que levou a se cunhar uma expressão: liberalismo à moda da casa.

Nós não tínhamos no Brasil, deputado Fernando Pacheco, um comportamento por parte da elite brasileira como era o comportamento da burguesia europeia. Nós tínhamos aqui aqueles que se diziam liberais, mas, quando estavam no poder, comportavam-se como conservadores. Tanto é, deputado Cristiano Silveira, que uma das frases mais importantes da história política brasileira foi proferida por um deputado pernambucano chamado Holanda Cavalcanti, ao analisar o comportamento dos liberais no poder: “Não há nada mais parecido com um Saquarema do que um Luzia quando chega ao poder”. Ou seja, no Brasil, não há nada mais parecido com um conservador do que um liberal quando chega ao poder. Até porque Luzia era o apelido dos liberais, fruto até de uma sova que os liberais tomaram nas eleições de 1842, aqui, na histórica cidade de Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, enquanto os conservadores eram chamados de Saquaremas.

Quando a gente olha para o que está acontecendo no Estado de Minas Gerais, vemos, deputado Carlos Pimenta, que estão conseguindo resgatar a expressão “liberalismo” à moda da casa. E por que um liberalismo à moda da casa? Porque é aquele liberalismo, deputados Doutor Jean Freire e Betão, para os amigos do rei; o liberalismo que beneficia poucos, deputado João Vítor Xavier; o liberalismo do Salim Mattar; o liberalismo de quem destila as chamadas ideias liberais, as privatizações. Mas nós sabemos como foi feito o enriquecimento. De repente, nós nos deparamos aqui com esse regime de recuperação fiscal como se fosse a última tábua de salvação do Estado de Minas, sendo que sabemos o seguinte: o problema não está num Estado que está quebrado, mas num Estado que não cobra as suas dívidas. Eu até escrevi um pequeno texto e gostaria de lê-lo neste tempo que tenho, e, buscando na história recente de Minas Gerais, digo o seguinte. É claro que houve tremendos desmandos internos dos últimos governos do Estado, inclusive problemas de corrupção. O principal desses problemas foram as renúncias fiscais, privilégios financeiros concedidos a contribuintes, supostamente para manter ou trazer para o Estado empresas privadas, sem qualquer controle. Isso foi somando bilhões e bilhões em dívidas, sem correção monetária, e deixaram de entrar no caixa estadual a cada ano bilhões em impostos, dinheiro que teria feito enorme diferença para atender as necessidades estaduais em áreas prioritárias como educação, saúde e segurança. Mas o pior, o mais grave, o que deixou de entrar em caixa, mesmo sem renúncia fiscal, foi o que entrou e teve que sair para pagamento à

União por uma dívida inexistente e que deixou de entrar no caixa do Estado por conta de obrigações não cumpridas pelo governo federal, no que diz respeito à chamada Lei Kandir, que institucionalizou uma lei infame, a Lei nº 9.496/1997. O acordo imposto nesse caso tem longa história, deputado João Vítor Xavier. Em resumo, deveu-se a pressões do FMI para liquidação ou privatização do Banerj, desculpem, do Bemge e da MinasCaixa. Aqui também eu incluí a história do Rio de Janeiro num artigo que estou publicando e que faz uma analogia dos dois Estados e do Estado do Rio Grande do Sul também. Para isso, acharam necessário transferir aos bancos privados e consolidar neles os títulos do Estado, em giro, na carteira dos nossos bancos estatais. É claro que os bancos privados não tinham a menor intenção de girar esses ativos. O governo se comprometeu, então, a pagar esses títulos públicos à vista. O que aconteceu, então, deputados e deputadas? Isso foi uma violação, deputada Andréia de Jesus, do que a gente chama de pacto federativo, e nós estamos diante de uma possibilidade de uma nova violação desse pacto federativo, inclusive com uma grande incerteza jurídica, porque o próprio Estado do Rio de Janeiro, que aderiu a esse regime de recuperação fiscal, está com uma ação direta de inconstitucionalidade dessa lei junto ao Supremo Tribunal Federal.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, deputados e deputadas, aqueles que nos acompanham! Obrigada, deputado, pelo aparte. Quero parabenizá-lo não só pela aula de história, Professor Cleiton, mas também pela análise política e de cenário muito importante que tem trazido nesta tarde, na Casa.

Eu também não poderia me furtar, deputado, a trazer o clamor dos servidores públicos que estão aqui, no Plenário, acompanhando a gente. (- Manifestação nas galerias.) São os servidores que estão no sistema prisional e que também estão trazendo sua reivindicação, porque estão esquecidos nesse sistema. Não são só as pessoas privadas de liberdade que estão esquecidas, mas, inclusive, as pessoas que estão trabalhando pela socialização dos presos. São médicos, psicólogos, pedagogos, uma gama de servidores que estão sem reajuste salarial. Hoje, há uma mesa de negociação com o governo do Estado em que esses profissionais não estão incluídos.

Então, é muito grave ver o quanto o sistema está abandonado e que o direito das pessoas de reivindicar os seus direitos trabalhistas, o reconhecimento como servidores e o papel fundamental no sistema também está sendo cerceado quando o secretário deixa de recebê-los, deixa de ouvir uma parcela importante que está dentro do sistema prisional.

É isso que eu queria trazer, e volto a parabenizar o deputado pela sua análise e pela sua contribuição.

O deputado Professor Cleiton* – Muito obrigado, deputada.

Quis exatamente trazer esta discussão, preocupado que estou com a situação dos nossos servidores públicos aqui, no Estado, e com o impacto que essa quebra do pacto federativo pode causar na vida das famílias desses homens e dessas mulheres que estão nos visitando aqui, nesta tarde.

Mas, continuando o texto... O mais grave é o que a União faz com esse dinheiro: simplesmente o transfere para o superávit primário a fim de pagar o serviço da dívida pública. Isso tem efeito contracionista da economia e da receita pública, que é revertido sobre as finanças de todos os estados. Ainda não é tudo. A grande expropriação dos estados pelo governo federal, incluída Minas Gerais, é a retenção indefinida de créditos oriundos das isenções do imposto na exportação de produtos primários estabelecidas pela Lei Kandir.

Os estados têm direito a cobrar o imposto, mas, para isentar deles os exportadores, o governo federal se comprometeu a compensá-los financeiramente pela não tributação, o que não fez. Até 2017, a dívida acumulada junto a todos os estados, pela Lei Kandir – em Minas Gerais, 136 –, foi de R\$637.000.000.000,00.

Estou destacando Minas Gerais porque é o caso mais escabroso de todos, juntamente ao Rio Grande do Sul e ao Rio de Janeiro. Esses estados estão entregando a sua soberania por conta de dívidas indevidas ou créditos sonegados. É um fundo da Lei Kandir que poderia financiar um programa, ao contrário do liberalismo; um programa keynesiano de retomada do desenvolvimento de baixo para cima, eventualmente articulado pelos governadores, a partir de um grande consórcio dos estados, e o governo federal não

precisaria se preocupar com a forma de pagamento. Podem ser em títulos escalonados anualmente, articulados a um grande programa de desenvolvimento que poderia ser aprovado pelo Congresso Nacional, junto com a decisão de que seja feito o próprio pagamento pela União. Ou seja, existe uma saída que não seja o regime de recuperação fiscal.

O recado está dado, sobretudo pelo bravo povo chileno, que disse “não” a essa política liberal de austeridade fiscal que não olha as necessidades mais básicas de um povo que está sofrendo na pele as consequências de um liberalismo ortodoxo que arrancou da população o Estado de bem-estar social. É o que não queremos para Minas Gerais, para que não vejamos no futuro o nosso povo colapsado por políticas desse liberalismo ortodoxo. Por isso, quanto a esse liberalismo à moda da casa, que só presenteia os amigos do rei, nós só podemos dizer que, se Holanda Cavalcanti estivesse aqui, diria: não há nada mais parecido com qualquer outro partido político do que o Novo quando chega ao poder. Muito obrigado.

– * Sem revisão do orador.

O deputado João Vítor Xavier* – Sr. Presidente, colegas, público que nos acompanha nas galerias, público que nos acompanha em casa, pela TV Assembleia, hoje nós tivemos a abertura dos nossos trabalhos falando sobre a Arsae. Eu queria aqui reforçar o que foi dito dessa nova direção da Arsae, da independência com a qual tem trabalhado, da importância disso para o Estado de Minas Gerais, e reforçar o discurso que foi feito aqui por alguns colegas sobre a necessidade dessa independência da Arsae. A Arsae não pode ser um braço, um apêndice, um adendo da Copasa. A Arsae tem que agir com independência para poder cobrar da Copasa.

Nós vemos um caso recorrente em Minas Gerais de prejuízo à população do Estado, pela má-fé da Copasa na cobrança das contas de água, em especial no que diz respeito à cobrança da taxa de esgoto. Nós temos cidades aqui, no Estado de Minas Gerais, onde a Copasa joga esgoto em mata virgem, em área de preservação ambiental, e ainda assim cobra taxa de esgoto da população. Nós temos casos aqui, no Estado de Minas Gerais, de produtores rurais que utilizam a água para fazer o plantio dos mais diversos produtos e têm que pagar 96% da conta de água para o seu esgoto. Eles não estão gerando esgoto. Eles estão usando a água, por exemplo, para o plantio de alface, de couve, de feijão, de café. Eles não produzem ali esgoto. Qual é o motivo de eles terem que pagar 96% pela taxa de um esgoto que não é produzido? Nada mais é essa situação do que uma forma que a Copasa encontrou para aumentar o seu faturamento, para aumentar o preço da nossa conta de água e para fazer com que o cidadão de Minas Gerais pague mais pela sua conta de água. Então é fundamental que esta Casa, que esta legislatura e que todos nós possamos nos debruçar sobre essa questão.

O povo de Minas Gerais vem sendo assaltado ao longo dos últimos anos em suas contas da Copasa. E não é uma questão de partido que está no governo, não é uma crítica específica a este governo que está aí. É uma crítica ao Estado de Minas Gerais, porque isso aconteceu nos governos do PSDB, isso aconteceu no governo do PT e isso vem acontecendo no governo do partido Novo. É um problema antigo do Estado de Minas Gerais e que tem que ser tratado por este Parlamento de forma independente, esquecendo briga ideológica entre partido A e partido B, porque, acima do partido que está no governo, quem está pagando a conta é o cidadão de Minas Gerais, é o pequeno produtor rural ou o grande produtor rural, é quem mora nas cidades atendidas pela Copasa, que têm que pagar uma conta de água altíssima e têm que pagar uma taxa de esgoto ainda de 95%, 96% em cima dessa conta de água. Aí vem o desdobramento do que eu estou dizendo aqui. Nós pagamos por um serviço ruim, pagamos por um serviço ineficiente e pagamos por um serviço que não atende ao povo de Minas Gerais.

O que me traz aqui, na tarde de hoje, ao Plenário da Assembleia, é a crise hídrica que vivemos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Eu tenho alertado para essa situação aqui, na Assembleia, há pelo menos três anos. E a situação, que se agravou quando tivemos o crime ambiental de Mariana, com o comprometimento da Bacia do Rio Doce, foi muito mais agravada com o crime ambiental da cidade de Brumadinho. Nós corremos o sério risco de abrir a torneira, em breve tempo, e não ter água para beber, para dar para os nossos filhos, para as nossas escolas públicas, para os nossos postos de saúde, para os nossos hospitais, em Belo Horizonte e região metropolitana.

Nós dependemos fundamentalmente, na região metropolitana, de duas bacias: a Bacia do Rio das Velhas e a Bacia do Rio Paraopeba. A Bacia do Rio Paraopeba foi assassinada pela Vale. A Vale matou 300 pessoas em Brumadinho, matou a Bacia do Rio Doce no crime de Mariana e matou a Bacia do Rio Paraopeba no crime de Brumadinho e corre o risco sério de matar a população da região metropolitana de sede. Eu estou falando dos apartamentos de luxo de Lourdes e do Belvedere e estou falando dos mais simples barracos de periferia, de vilas e favelas desta cidade. Não teremos água para os nossos filhos, não teremos água para os postos de saúde. Aí veremos se com o minério da Vale nós vamos conseguir matar a sede do nosso povo.

E o que me assusta é a negligência de dois personagens principais nesse processo. Um é a Copasa, a nossa Companhia de Saneamento, que é absolutamente conivente com o que vem acontecendo, com os crimes ambientais contra as nossas bacias nos últimos anos. A Bacia do Rio das Velhas, que já foi pujante, que já foi importante, hoje não passa de um fiapo d'água, de um filete d'água que não tem condições de suportar o excesso de demanda que vem sofrendo nos últimos meses e que vem sofrendo nos últimos anos.

A outra negligência, o outro silêncio ensurdecedor vem da Avenida Afonso Pena, 1.212, da Prefeitura de Belo Horizonte, do prefeito Alexandre Kalil. Ele é prefeito da capital do Estado, ele é o principal cliente da Copasa no Estado. Era obrigação dele estar liderando, neste momento, como prefeito da capital de Minas, um processo de discussão profunda desse caso. Nós já temos um diagnóstico da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que fala claramente, através de uma CPI, da realidade – não é nem da possibilidade –, da realidade que temos para enfrentar, em breve, uma crise hídrica em Belo Horizonte. Resultado que, não por coincidência, é o mesmo da CPI da Assembleia e é o mesmo da CPI da Câmara Federal, o que mostra que não há partidização no assunto. São deputados do PSDB, do PT, do PMDB, do PV, do Cidadania, do Partido Novo, de todos os partidos e nos três níveis de poder – municipal, estadual e federal. E, mesmo assim, continuamos com um silêncio ensurdecedor das principais autoridades deste estado.

Quero repetir aqui: nós corremos, deputado Fernando, o risco de abrir, de norte a sul, de leste a oeste, do Barreiro à Venda Nova, a torneira na nossa casa e não ter água para dar a nossos filhos em muito pouco tempo. Nós já estamos começando a pedir a presença de Deus nesse processo, porque precisamos de muita chuva neste final de ano para que não falte água em nossa casa no ano que vem. Isso não é opinião ou posição política ou partidária. Isso são estudos técnicos da câmara municipal, da Assembleia Legislativa, da Câmara Federal e, mais, de comitês importantes de monitoramento das bacias hidrográficas da região metropolitana. Estive, recentemente, com o Polignano, coordenador do projeto Manuelzão e coordenador da Bacia do Rio das Velhas, que está em pânico com o que está acontecendo, hoje, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Aquela que foi uma bacia hoje é apenas um filete d'água; aquela que foi a solução hídrica para 5 milhões de habitantes da região metropolitana não é mais, porque, de onde só se tira, uma hora acaba. E é o que está acontecendo na Bacia do Rio das Velhas. Nós perdemos 40% da nossa capacidade de exploração hídrica, que é a Bacia do Rio Paraopeba, e agora temos que tirar 100% de onde abastecia 60%. Isso será impossível. Nós não vamos dar conta, exceto se tivermos uma média histórica de chuvas muito acima da que tivemos na última década. Assusta-me muito a conivência dos líderes de Minas Gerais com isso. É papel desta Assembleia, é papel da câmara municipal, é papel do prefeito de Belo Horizonte, dos outros prefeitos da região metropolitana. O ser humano vive sem praticamente tudo, mas sem água nós não vivemos. É fundamental que a Prefeitura de Belo Horizonte lidere esse processo, porque ela, Prefeitura de Belo Horizonte, é quem tem força de contrato, de pressão e de mídia e que, afinal de contas, está gastando R\$200.000.000,00 em publicidade. Primeiro tem de conscientizar a população da possibilidade real de uma pane seca na região metropolitana. Esses R\$200.000.000,00 escandalosos estão sendo gastos pela Prefeitura de Belo Horizonte, e não gastaram R\$1,00 em educação, em conscientização da população para a possibilidade de uma crise hídrica, de uma pane seca na região metropolitana. Além disso, a prefeitura não usa o seu poder de força, de articulação, de visibilidade para levantar a voz sobre o mais grave problema que temos, hoje, na nossa região metropolitana. Corremos o risco de ficar, 5 milhões de mineiros, belo-horizontinos e moradores da Grande BH, sem água, no próximo ano, e não fazem e não falam absolutamente nada a respeito disso. Tenho sido praticamente uma voz solitária nesse processo e nesse

enfrentamento aos criminosos da Vale e àqueles que têm sido complacentes com a Vale, como o governo do Estado de Minas Gerais, ao longo da última década, e a Copasa, ao longo dos últimos anos.

Para encerrar, a leniência e a conivência são tão grandes com os criminosos da Vale que não refizeram ainda Bento Rodrigues, mas já refizeram as autorizações para a Vale voltar a minerar em Mariana. Ainda não limpamos o Rio das Velhas, não limpamos o Rio Doce, não limpamos o Rio Paraopeba, mas já estão autorizados, de novo, a explorar. O poder da Vale parece infinito neste estado, o poder da Vale parece interminável em Minas Gerais.

Nós vimos aqui, cinco anos atrás, o crime ambiental de Mariana. Eu subi nesta mesma tribuna de onde falo e disse que, em muito pouco tempo, deputado Fernando, tudo que estava acontecendo em Mariana estaria esquecido. Foi esquecido. E o resultado disso foi o assassinato de 300 mineiros e mineiras na cidade de Brumadinho e o assassinato de uma das mais importantes bacias do nosso estado.

E repito aqui o que eu disse no processo de Mariana: já estão esquecendo o que aconteceu em Brumadinho, já virou página da história. Nós tivemos, em Mariana, 19 invisíveis às autoridades e ao poder de Minas; agora nós temos 300 invisíveis na cidade de Brumadinho, porque tudo o que aconteceu já está sendo esquecido. A Vale manda e desmanda neste estado. Não passamos, como povo, de lacaios da Vale, que é uma empresa que não se preocupa com a vida humana, que não tem respeito pela dignidade humana, que não tem respeito pelo povo de Minas Gerais e que está matando aos poucos o nosso povo, seja com as barragens que caem na nossa cabeça, seja com a escassez do bem mais precioso que uma sociedade tem, que é a água. Nós nos esquecemos de que toda a sociedade desenvolvida do mundo, desde os primórdios, desde o Egito antigo, desde a Grécia antiga, desde a civilização romana, todos formamos as nossas sociedades no entorno dos rios, porque, desde aquela época, sabíamos que sem água é impossível viver. A Vale não respeita a nossa água e, ao não respeitar a nossa água, não respeita a nossa gente, não respeita a nossa vida.

Mais uma vez o esquecimento começa a tomar conta do povo de Minas Gerais. Não mais se preocupam com os mortos de Brumadinho; já estão esquecidos, como foram esquecidos os mortos de Mariana. Estão preocupados com a arrecadação; estão preocupados, mais uma vez, com as ações da Vale; estão preocupados, mais uma vez, com os acionistas, que estão tomando champagne em Paris, Londres e Nova York, enquanto o nosso povo aqui morre à míngua.

É uma vergonha para o Estado de Minas Gerais nós termos a autorização para que a Vale e as suas subsidiárias e parceiras voltem a operar em Mariana, enquanto aquele povo de Bento Rodrigues ainda não tem onde morar, enquanto não foi devolvido a eles um direito básico, que é o da moradia. É vergonhoso para esta Assembleia, é vergonhoso para o governo do Estado, é vergonhoso para a nossa nação que a Vale continue operando em Minas Gerais à custa do sangue do povo do nosso estado, à custa da água e do desabastecimento de Belo Horizonte e da região metropolitana. Eu tenho vergonha do que está acontecendo no Estado de Minas Gerais. E mesmo com tudo o que sofri nos últimos anos, as perseguições, os ataques, as tentativas de tomarem meu mandato, pela Vale e pelos seus comparsas, alguns inclusive instalados dentro deste Parlamento, como aqueles que me impediram de exercer a minha presença na comissão parlamentar de inquérito. É uma vergonha o que está acontecendo.

Não vou me calar em relação ao que tem sido feito no Estado de Minas Gerais. Os assassinos da Vale estão de novo livres e empoderados pelo Estado de Minas Gerais para continuarem matando nossa gente. Enquanto não deram, sequer, de volta aos pobres coitados de Mariana a dignidade de voltar às suas casas. Eu não estou nem dizendo de Brumadinho, que foi há alguns meses. Estou dizendo do povo de Mariana, de cinco anos atrás. Há cinco anos, o povo de Mariana teve a sua história, a sua dignidade e a sua vida destruídas pela Vale. Foram esquecidos. Já estão sendo esquecidos os de Brumadinho. Porque mais importante do que a nossa gente e a nossa dignidade é encher o bolso dos acionistas da Vale para que eles possam tomar, à custa do nosso dinheiro, champagne em Paris, Londres e Nova Iorque. Muito obrigado, presidente.

– * Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* – Meu caro presidente Cristiano Silveira, em sua pessoa cumprimento as deputadas e os deputados presentes nesta reunião, a imprensa e as pessoas que acompanham os pronunciamentos e as posições tomadas pela Assembleia de Minas.

Hoje, eu estou satisfeito por ter presenciado e ouvido dois pronunciamentos memoráveis nesta Casa. Primeiro, o pronunciamento do deputado Professor Cleiton, uma pessoa que chegou pela primeira vez, deputado recém-eleito, no primeiro mandato, e de inteligência e conhecimento formidáveis. Tenho tido algumas oportunidades de discutir com o Professor Cleiton em algumas comissões, e ele sempre apresenta esse brilhantismo, fazendo esse mergulho no passado para poder chegar à época do liberalismo do nosso país, nos anos de 1800 e 1840. E de uma maneira muito própria, ele projeta esse liberalismo para o que nós estamos vivendo hoje no nosso país e no nosso estado.

Depois, veio o amigo João Vítor, essa pessoa simpática, deputado confiável, companheiro de primeiríssima hora. Eu tenho acompanhado, João, a sua luta principalmente nessa batalha do meio ambiente, o seu trabalho junto à sua comissão, as audiências que o senhor tem feito, os alertas que o senhor tem feito ao longo de sua vida nesta Casa. Parece até que o senhor tem uma bola de cristal para enxergar um pouquinho mais à frente. Certamente é devido à sua inteligência e devido ao seu preparo. O senhor nos alertou várias vezes sobre o risco que estávamos correndo, e ele efetivamente aconteceu.

Não sabia desse complô contra o seu mandato. Se soubesse, já teria me manifestado há mais tempo, porque acho que o senhor é essencial a esta Casa. O trabalho que o senhor vem fazendo mostra claramente o perigo que a gente corria e que, agora, está acontecendo não só com a Vale, mas, principalmente com a Vale. Em todas as ações contra Minas Gerais, nas questões do desrespeito ao meio ambiente, o senhor foi preciso. Então, receba os meus cumprimentos e, mais uma vez, a minha admiração pelo trabalho que o senhor exerce. Pode ter certeza de que, nas ações que o senhor tomar, terá aqui, hoje, um companheiro, um seguidor fiel, porque confio no que o senhor traz a esta Casa, nas discussões de altíssimo nível que tem promovido. Não desanime! Não desanime! Minas está vivendo esse turbilhão, esse *tsunami*, que estamos vivendo aqui, agora, mas acredito que Minas é bem mais forte, vai conseguir a estabilidade de que precisa e ser novamente aquele Estado confiável. Parabéns, João Vítor.

Não estava nem projetado ali, pensando em falar hoje. Mas o que a gente tem visto aqui, meu caro colega e amigo Fernando, é exatamente isto: Minas está vivendo uma crise de identidade. Estamos vendo aí o governador Romeu Zema, e a impressão que tenho dele é de que se trata de uma pessoa bem-intencionada, um homem correto, um homem probo, sério e que quer, efetivamente, acertar Minas Gerais. Mas, para isso acontecer, acho que não é suficiente apenas a índole e a boa vontade da pessoa. É preciso ações. Estamos vivendo uma Minas que precisa apresentar algumas ações.

Tenho dito também, caro Fernando, que talvez o que falta ao governador Romeu Zema é entender que, fortalecendo as suas ações, as suas palavras, existe todo um Estado, um Estado forte que é Minas Gerais, um Estado que precisa encontrar o seu caminho. E nesta Casa, acredito que, nos momentos decisivos, não vai faltar apoio ao governador para ele implementar as suas ações e voltar, novamente, Minas para o caminho da estabilidade, para o caminho da verdade, de encontrar a verdade, que é o que estamos querendo que aconteça, que o governador faça acontecer. Isso é muito importante.

Alguém me disse, alguns dias atrás, não é daqui de Minas Gerais, é um colega, com quem encontramos. Não colega deputado, não é da política, é um médico, a gente participava de um seminário, e ele falou: “Carlos, o que estou sentindo é que o seu Estado, Minas Gerais, está vivendo aquele estado de salve-se quem puder”. Exemplos existem de outros estados, de outras ações, que não devem ser seguidos. Parece até que o governo federal tem a última palavra: “Queremos que Minas faça a sua adesão a esse plano de recuperação fiscal, mas, para isso, existe uma cartilha”. Nessa cartilha, não se enquadra Minas Gerais. Com certeza absoluta, não é o melhor propósito para o nosso estado. Temos que resolver problemas internos, temos que resolver problemas que atrapalham, que não fazem com que a gente possa encontrar uma luz no fim do túnel. Estamos vivendo uma situação difícil.

Agora mesmo vi presentes aqui, no Plenário, os representantes do sistema prisional. Quem conhece a segurança pública... Uma ação que precisa ser implementada, urgentemente, é trazer esse pessoal que trabalha no sistema prisional, no sistema socioeducativo, para a segurança. Eles não fazem parte da segurança do nosso estado. Eles não têm um plano de carreira, eles não têm salário, não têm estabilidade. E é um pessoal que vive num ambiente extremamente complicado e difícil. Passem um dia no sistema prisional, acompanhando o que acontece com esse pessoal, em contato com facções criminosas, muitas vezes, saindo do sistema prisional... Eles moram na periferia e não podem, sequer, dizer que trabalham no sistema prisional, porque, senão, não são mortos, não. São abatidos pela criminalidade.

É importante que a segurança pública do nosso estado encontre essa estabilidade e traga esse pessoal para dentro do sistema de segurança pública do nosso estado. O desenvolvimento econômico... Outro dia mesmo, eu estava participando de uma dessas audiências do Minas Fiscaliza, e o próprio secretário de Desenvolvimento Econômico... Não era o secretário, pois ele tinha pedido para ir embora e deixou vago o cargo. Não sei se, hoje, já foi preenchido, mas estava lá um subsecretário perdidinho. Ele não sabia os números que apresentava como conquista da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Eu falei para ele: doutor, o senhor está em Minas Gerais. O senhor não é secretário de um estado menor, não menos importante do que Minas, mas um estado como Sergipe, como Alagoas... O senhor é o secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. Eu teria vergonha de apresentar esses números. Números na área de combate à seca. “A secretaria distribuiu 25 caixas d’água, perfurou 20 poços artesianos”. Isso é uma vergonha. É uma vergonha para Minas. Ele não falou sobre o aproveitamento dos recursos, Doutor Jean, da Sudene, lá na nossa região.

Nós estamos perdendo bilhões de reais da Sudene. Sabem por quê? Por falta de competência de Minas Gerais em apresentar projetos. Nós não temos condições, competência para apresentar projetos. Aí, vem o norte do Espírito Santo, com 21 municípios, e dá um *show* em Minas Gerais. Vem a Bahia, vem o Ceará, vêm os estados nordestinos e dão um *show*. E nós, em âmbito de governo federal... O Norte de Minas, o Jequitinhonha, que pertencem à área mineira da Sudene, lá em cima... Nós sofremos porque eles falam: “Não, esse município aqui é de Minas. Minas não é Nordeste. Minas é Sudeste. É região rica”. Mas desconhecem o sofrimento que temos lá por falta de assistência, por falta, muitas vezes, de estrada, por falta de investimentos para captar a iniciativa privada e para montar fábricas, pequenas indústrias. Que sacrifício faz um município desses para instalar um pequeno distrito industrial! Então, fica aquele trem, sem nexos, sem caminho, sem rumo. É esse o sistema de desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

Na área do meio ambiente, nós ouvimos falar aqui da Copasa. O deputado Cleitinho elogiou – e você fez bem em elogiar –, pois faz a fiscalização da Copasa. Porque essa Copasa é uma vergonha. É a maior poluidora que nós temos em Minas Gerais. Ela capta água, de graça, e transforma essa água em esgoto e o joga, *in natura*, dentro dos nossos rios. Nós temos mais de 400 municípios sem tratamento do esgoto. Como é que nós vamos defender uma situação dessa? Como é que nós vamos ter um meio ambiente, mesmo com as boas leis que nós temos, leis que são admiradas nos outros estados todos, se a própria Copasa é a maior poluidora que nós temos, jogando merda dentro dos rios, sem tratar a água? Não tem nem competência para receber o sistema de tratamento de esgoto que o governo federal fez e quer passar para a Copasa. E a Copasa não aceita. “Nós não vamos aceitar isso, não. Nós não vamos receber, não, porque senão nós vamos ser obrigados a fazer o tratamento do esgoto”. Que Copasa é essa?

O presidente da Cemig defendeu a privatização da Cemig. Mas, que presidente é esse? Se eu fosse governador, eu falaria: pegue as suas coisas e vá para a sua casa. O presidente de uma empresa, como a Cemig, defender a privatização dela e dizer que ela deveria ser privatizada porque não tem R\$21.000.000.000,00 para investir nos próximos quatro anos... Ele deveria estar procurando maneiras de trazer investimento para nós e arranjar mais dinheiro. Falar que a Cemig não recebe dinheiro? Como é que não recebe? Nós pagamos a conta mais cara do Brasil. A energia industrial de Minas Gerais está entre as três mais caras do Brasil, mas fica presa

àqueles sistemas de hidrelétrica da década de 1960. Hoje o mundo todo fala de energia fotovoltaica, de energia eólica e nós estamos falando de energia térmica para poluir mais ainda com óleo diesel, com carvão, com esse trem tudo. Pelo amor de Deus!

Saúde pública. Nesta semana agora, no *Minas Gerais* eletrônico, no diário oficial, há um decreto do governo disponibilizando funcionário público estadual para integrar grupos de organizações sociais frente a um projeto que vem aí pela frente. Na verdade, vão é privatizar todos os hospitais da Fhemig, o João XXIII. Está aquele trem perdido. Então, a gente fica desanimado aqui, na Casa. Você elogia o governador, você acredita na boa-fé dele – e eu acredito –, mas, ao mesmo tempo, a gente está querendo ver é ação. O governo tem que apresentar um plano de governo. Qual é o plano de governo do governador Zema? Não há nada, não apresenta nada, não há nada consistente nem na educação nem na saúde. É isso aí. É esta a Minas Gerais que estamos vivendo.

Espero que, dentro de pouco tempo, eu possa vir aqui e mudar o meu discurso e parabenizá-lo pelas ações. Como seria bom que a gente o elevasse, como o Cleitinho fez aqui. Você hoje elogiou uma pessoa competente. Mas temos que elogiar um governo competente. Quero muito elogiar o secretário de Saúde, quero muito elogiar o secretário de Educação. Não é aqui falar que está pegando as escolas em tempo integral, que está acabando com as escolas em tempo integral. Parece que estamos retrocedendo no tempo. Minas está igual caranguejo: andando para trás. Não pode ser dessa maneira. Este aqui é o 2º estado da nossa nação. O governo deste estado tem que ter peito para encarar os problemas de frente, ir ao governo federal e dizer: “Não aceito”. Precisou pegar carona num projeto na Assembleia de Minas, que é a Lei Kandir, para dar o seu grito. Mas o grito dele, coitado, não passou do palácio onde ele trabalha, o Palácio da Liberdade. Então, nós estamos precisando é disso. Estou falando isso não é porque quero denegrir a imagem do governador, não. Ele é correto, ele é honesto, mas tem que ser também competente, senão vai ficar esta Minas enxovalhada, envergonhando cada mineiro, e nós querendo uma saída e nunca a encontrando. Muito obrigado.

– * Sem revisão do orador.

O deputado Fernando Pacheco* – Boa tarde, presidente Cristiano Silveira. Boa tarde a todos os deputados e a todas as deputadas presentes e a todos que estão nos assistindo pela TV Assembleia. Boa tarde aos funcionários. Venho à tribuna, de forma rápida, para hoje fazer uma saudação especial ao funcionário público, funcionário público federal, estadual e municipal, da administração direta ou indireta, porque ontem foi o Dia do Funcionário Público, inclusive feriado nacional em nível de repartições públicas. Sou um funcionário público municipal há 28 anos e sei o quanto é importante ter uma bandeira para o funcionalismo público, para uma maior valorização, para um melhor reconhecimento também. Acho que, na minha modesta opinião, o funcionário público é a parte mais importante de uma gestão pública, porque é o maior defensor do setor público. Não há uma pessoa que defenda mais o setor público do que o funcionário público.

O funcionário público também é um gestor público, seja o porteiro de um prédio, seja o de uma repartição; ele ali, como funcionário público, tem que fazer a gestão de sua função porque representa o poder público naquele momento e defende os interesses do público. O servidor que ali está recebe seus vencimentos oriundos de todos nós, que pagamos impostos, e ali também é gestor.

Em toda administração pública bem-sucedida, com certeza, há uma valorização, há um investimento e há um reconhecimento do servidor público. Então, nós temos que ter o critério e o desprendimento de reconhecer que o servidor público é o fator decisivo para a administração pública poder ter êxito, ser eficiente. Mas ele tem que ser envolvido pelo gestor maior; ele não pode tomar a iniciativa, mas o administrador maior pode chamar o servidor para um projeto amplo de conhecimento das ações, dos trabalhos, para aí, sim, o servidor poder crescer muito mais do que ele pode em função desse reconhecimento que o administrador público maior tem que fazer. Se não houver essa humildade do chefe, do secretário, do governador, do prefeito de chegar ao servidor e expor que ali ele é parte da equipe também, jamais haverá uma eficiência no setor público a ponto de o ambiente público ser respeitado e também reconhecido nos trabalhos como um bem maior, e é isso que está faltando nos dias de hoje para os serviços públicos poderem ser reconhecidos pela sociedade. Eu falo em todos os níveis: professores, agentes penitenciários – que aqui estiveram –, médicos, garis, varredores de ruas, diretores de escola.

No dia de comemorarmos o Dia do Funcionário Público, eu me deparei com algumas notícias de que, em nossa cidade – e creio que em tantas outras –, as escolas estão tendo turmas reduzidas. E eu venho, neste momento, pedir ao governo, pedir à secretária de Educação do Estado que repense o seu ato de diminuição do que está dando certo. Temos escolas em Cataguases, como a Doutor Norberto, que é referência; para se matricular em nela, pessoas têm que ficar cinco dias em fila, porque a escola é tão bem gerida por essa servidora pública, a diretora Alessandra, seus vice-diretores e demais funcionários que há uma demanda muito grande, muito maior do que a oferta. E, desse termômetro, desse bem-sucedido empreendimento público, eficiente, chega-me a notícia, na sexta-feira, de que irão diminuir três salas do 6º ano e tirar uma sala do 1º ano. Eu não entendo mais nada. Uma coisa que está dando certo, que tem índices de Ideb, com aprovações, no IF, no Coluni, na UFMG, de alunos do setor público, agora vai ser punida.

Então, venho a público, no dia de homenagear o servidor público, pedir aos gestores maiores que reconsiderem o seu comportamento com o servidor público. Um exemplo claro de setor público bem-sucedido é a Assembleia Legislativa de Minas Gerais; e não estou falando isso porque sou deputado, pois também sou funcionário público de uma prefeitura e não a cito. Cito a Assembleia porque aqui vejo qualidades em números que saltam aos olhos de resolutividade e enfrentamento das dificuldades que se apresentam. Podemos citar a PEC do Assembleia Fiscaliza. Podemos citar a CPI das barragens e tantas outras situações de intervenção desta Casa, como a questão da Lei Kandir. Partiu daqui também a iniciativa de ir ao governo federal buscar a arrecadação que era para ter vindo e não veio. Então, nós temos bons exemplos.

Por que lutar contra isso – como na nossa escola lá de Cataguases, que é referência? É uma referência que pode ser analisada pelos indicadores. Aí a gente fica sabendo que vai ser punida, porque vão fechar três salas de 6º ano e vão fechar salas de 1º ano também. E lá tudo está em ordem, a direção faz uma boa gestão, provê recursos de forma legal. O prédio é bem mantido, é bem zelado, e a comunidade o abraça. Agora vem essa notícia que me deixa assustado. Se isso prevalecer, creio eu que a nossa cidade vai se mobilizar, e vai se mobilizar pesado para evitar esse prejuízo numa instituição que está dando certo. E são poucas as que estão dando certo.

Então, no dia de hoje, reverencio todo o funcionalismo público. Faço um alerta para o gestor ou os gestores maiores olharem para o funcionário público como a peça mais importante para se atingir o objetivo de eficiência e resolutividade. Digo que, sem o funcionalismo ao lado de um governante, podem ter a certeza de que o fracasso será certo. Depende única e exclusivamente do governante, e não do servidor, porque o servidor não pode entrar na sala e conhecer o planejamento estratégico e governamental. Não pode entrar na sala e pegar o fluxo de caixa. Ele não pode entrar na sala e pedir o que está sendo assinado para ser publicado. Então, gestores, governador, secretários, prefeitos, pensem bem antes de assinar um documento. No que está dando certo, principalmente, não mexam. Se estava dando certo, tem de continuar. Aprendam com o bom exemplo e repliquem isso nas outras ações inovadoras.

Como eu disse, a nossa Casa aqui, o Poder Legislativo de Minas Gerais serve de exemplo, porque é considerada uma das melhores, se não a melhor, Assembleia Legislativa do país, graças aos seus servidores, em conjunto com os gestores que enxergam a valorização desses funcionários públicos. A todos os funcionários públicos desta Casa, parabeno-os em especial pelo que venho aprendendo, pelo que venho vivenciando e confirmando como um grande aprendizado na minha carreira. Como eu disse, sou funcionário público há 28 anos. Milito nessa área especificamente. Quando eu entrei nesta Casa, a minha condição de crescimento melhorou, e vai melhorar muito. Já percebo isso em tão pouco tempo como deputado.

Então, no dia de hoje, quero reverenciar todo servidor público, do mais humilde ao mais elevado cargo público. Quero dizer que vocês são, com certeza, as peças mais importantes para um projeto de governo dar certo.

Eu me despeço de todos vocês, copiando uma frase que peguei recentemente nas redes sociais e nas mídias digitais: “A mais honrosa das ocupações é servir ao público e ser útil ao maior número de pessoas possível”.

Então, a todos vocês, meu muito obrigado. Se estou aqui é porque eu também fui um funcionário público que consegui ascender na carreira, porque me dediquei a proteger o setor público. Todos os funcionários públicos, para mim, sempre serão a peça

mais importante, porque são eles que mais protegem o setor público em si. A todos vocês, muito obrigado e parabéns pelo dia 28, ontem, que foi feriado. Despeço-me dizendo a vocês que defendo a causa do servidor público. Contem comigo. Sempre será uma honra dizer que o servidor público do interior hoje é um deputado estadual, graças, única e exclusivamente, às oportunidades que encontrei na carreira de servidor público. Muito obrigado, presidente.

– * Sem revisão do orador.

O deputado Bruno Engler – Boa tarde, Sr. Presidente! Boa tarde aos colegas que aqui estão, no Plenário, àqueles que nos acompanham, seja das galerias, seja pela TV Assembleia!

Primeiramente, como os colegas, quero estender os parabéns a todos os servidores públicos do Estado de Minas Gerais pelo Dia do Servidor Público, que foi comemorado ontem, e, em especial, aos servidores da segurança pública, que têm feito um excelente trabalho. Mesmo com déficit de pessoal, ainda assim conseguiram melhorar os índices de segurança pública aqui, no Estado de Minas Gerais, o que é extremamente louvável.

Ocupo esta tribuna hoje porque ontem também comemoramos um ano da eleição do nosso presidente Jair Bolsonaro, um ano que o Brasil foi às urnas e escolheu o caminho certo, o caminho da dignidade, o caminho da liberdade, o caminho do patriotismo, um caminho que coloca o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. Este governo é completamente diferente dos governos que o antecederam e já começou com a formação do seu ministério. Pela primeira vez em toda a minha vida – sou nascido em 1997 –, eu vi um ministério técnico, montado a partir da capacidade das pessoas de gerirem cada pasta, e não um ministério loteado entre partidos para construir maioria no Congresso Nacional. Infelizmente, o Brasil chegou a ter quase quarenta ministérios, justamente para poder dar um ministério para cada partido e conseguir assim a dita governabilidade; era o famoso toma lá, dá cá, que a população rejeitou nas urnas. Jair Bolsonaro não fez isso. Jair Bolsonaro indicou ministros por suas competências, e isso já vem dando resultado para o nosso país.

Em apenas 10 meses de governo, obtivemos resultados expressivos em diversas áreas. Ressalto aqui a área da segurança pública. Houve uma queda de 22% nos assassinatos, em relação ao ano passado. São 8 mil pessoas que deixaram de ser mortas. Houve queda de 12% nos índices de estupro, e queda de mais de 40% nos roubos a instituições financeiras. Houve um recorde em apreensão de drogas de todos os tipos, isso graças a um trabalho sério que tem sido feito pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, que é gerido pelo ministro Sérgio Moro, e não por uma pessoa que não tem conhecimento nenhum da pasta, mas que, por um acaso, é ligado a algum partido. Houve também grandes avanços na questão da diplomacia à frente do Itamaraty. Temos o chanceler Ernesto Araújo, que recolocou o Brasil em um lugar de protagonismo, recolocou o Brasil como um país que respeita sua própria soberania e que se alinha às grandes democracias do mundo, aproximando-se dos Estados Unidos, aproximando-se de Israel e reforçando que nós não somos subservientes a nenhum país europeu que queira ditar como nós devemos gerir o nosso país.

Assinamos um acordo histórico entre Mercosul e União Europeia, que vinha sendo construído há mais de 20 anos e que vai possibilitar um grande crescimento econômico para o nosso país.

Tivemos, no mês passado, inflação negativa, deflação. Isso era algo inimaginável quando Jair Bolsonaro assumiu a Presidência da República, mas o Ministério da Economia também é gerido por um técnico, e dos mais competentes, o ministro Paulo Guedes, que, através de medidas prudentes, tem recuperado a confiança dos investidores no nosso país, ajudado a gerar emprego e consegue ter uma inflação controlada com a menor taxa de juros da história. Antigamente subiam-se juros para se conter a inflação. Hoje temos uma inflação que no mês passado foi decrescente e uma taxa de juros de 5,5%.

Geramos, em apenas 10 meses, mais de 760 mil empregos formais. E ainda há gente que diz que este governo não está preocupado com o desemprego e não ajuda a resolver o problema. Balela!

Trabalhamos, também, pela ampliação da liberdade econômica no nosso país, com a apresentação da MP da liberdade econômica, que visa garantir àquele que quer empreender, gerar emprego que o Estado não fique ali sufocando, mas que proporcione condições para que essa pessoa consiga ganhar dinheiro, gerar emprego e, conseqüentemente, melhorar a economia do nosso país.

O governo Jair Bolsonaro zerou os impostos para a importação de medicamentos que combatem HIV e câncer, impostos que nem deveriam existir, em primeiro lugar. Como você cobra imposto para uma pessoa pagar mais caro num remédio que ela precisa para lutar por sua vida?

Esses são apenas alguns dados do governo Jair Bolsonaro. Se eu ficasse lendo aqui todas as conquistas, esses 10 minutos não iriam bastar. Eu iria precisar de horas, talvez até dias.

Passamos, sim, por algumas turbulências, pelas quais o governo foi duramente criticado, mas estamos trabalhando com seriedade para resolvê-las. No início do ano, quando foi necessário fazer o contingenciamento em diversas pastas para manter o orçamento da União no azul, ouvi muito que o governo Bolsonaro era contra a educação, que não existe diferença entre corte e contingenciamento. Hoje, todos os recursos contingenciados da educação já estão liberados. Essas pessoas que diziam que contingenciamento era corte não falam um “a” sobre o assunto. Até fico curioso, porque agora o governador da Bahia, Rui Costa, precisou contingenciar os recursos das universidades estaduais. Não vejo essa indignação. Por que o pessoal da esquerda não fala que o Rui Costa está atacando a educação? Que ele está cortando recurso da educação? Seria por causa do partido dele? Creio que sim.

Mas venho, então, para encerrar a minha fala, parabenizar o governo Jair Bolsonaro, que, durante esses 10 meses, manteve o seu posicionamento firme de patriotismo, defesa da soberania nacional, defesa da liberdade econômica; e um sentimento, como prometido na campanha, de combate à corrupção, investimento na segurança pública; e um sentimento, como prometido na campanha, de Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. Foi este o governo que elegemos e está fazendo um excelente trabalho.

Então, quero apenas deixar os meus parabéns ao presidente Jair Bolsonaro e a toda a sua equipe. Faz um ano que o Brasil fez a escolha certa, sem a menor dúvida. Muito obrigado.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 29/10/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 30/10/2019, que nomeou Camila Maria Vicente, padrão VL-38, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Zé Guilherme;

exonerando Eliezer de Sousa Mattos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;

exonerando Felipe Gustavo Campos Nogueira, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

exonerando Maria da Conceição Resende Maia, padrão VL-40, 8 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando David Sena Simil, padrão VL-20, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

nomeando Felipe Gustavo Campos Nogueira, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Pinheiro;

nomeando Helder Fernandes da Silva, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Beatriz Cerqueira;

nomeando Maria da Conceição Resende Maia, padrão VL-40, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Pinheiro;

nomeando Maria Eduarda Duca Costa Mattos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Raquel Tavares Morato, padrão VL-29, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro.

TERMO DE CONTRATO Nº 74/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Yellow Data – Soluções Inteligentes em TI Ltda. Objeto: prestação de serviços de banco de dados e coleta, análise e fornecimento de informações cadastrais referentes à imprensa nacional, estadual e local, permitindo consulta via *web* e definição de parâmetros de pesquisa conforme necessidades da contratante. Vigência: 12 meses a partir da data de sua assinatura. Licitação: dispensável nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2009-3390.10.1.



ERRATAS

ATA DA 99ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/10/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 31/10/2019, na pág. 8, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 3.382/2019, onde se lê:

“Projeto de Lei nº 3.312/2017”, leia-se:

“Projeto de Lei nº 3.312/2016”.

COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 31/10/2019, na pág. 32, onde se lê:

“3.436 e 3.442/2019, da Comissão de Minas e Energia”, leia-se:

“3.436 a 3.442/2019, da Comissão de Minas e Energia”.

e onde se lê:

“3.456, 3.459, 3.461, 3.514 e 3.520/2019, da Comissão de Meio Ambiente”, leia-se:

“3.456, 3.459, 3.461 e 3.514 a 3.520/2019, da Comissão de Meio Ambiente”.